



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

BEATRIZ DE CARVALHO MONTES

**MATERNIDADE ESCRAVIZADA NO CONTEXTO DA
LEI DO VENTRE LIVRE: EMANCIPAÇÃO E
AFETIVIDADE EM SALVADOR, BAHIA, 1871-1888**

BRASÍLIA, MAIO DE 2021



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

BEATRIZ DE CARVALHO MONTES

**MATERNIDADE ESCRAVIZADA NO CONTEXTO DA LEI
DO VENTRE LIVRE: EMANCIPAÇÃO E AFETIVIDADE EM
SALVADOR, BAHIA, 1871-1888**

ORIENTADORA: PROFA. DRA. ANA FLÁVIA MAGALHÃES PINTO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do grau de licenciado/bacharel em História.

BRASÍLIA, MAIO DE 2021

**MATERNIDADE ESCRAVIZADA NO CONTEXTO DA LEI DO VENTRE LIVRE:
EMANCIPAÇÃO E AFETIVIDADE EM SALVADOR, BAHIA, 1871-1888**

Banca Examinadora

Profª. Dra. Ana Flávia Magalhães Pinto – PPGHIS/UnB

(Orientadora)

Profª. Ma. Aline Najara da Silva Gonçalves – UNEB/UFRRJ

(Membra)

Prof. Esp. Urano de Cerqueira Andrade – Pesquisando a História (BA)

(Membro)

Prof. Ms. Cândido Eugênio Domingues de Souza – UNEB/UNL

(Membro)

Profª. Ma. Stephane Ramos – UnB

Ó Mãe do cativo, que fias à noite
À luz da candeia na choça de palha!
Embala teu filho com essas cantigas...
Ou tece-lhe o pano da branca mortalha.

Castro Alves, A Mãe do Cativo (1883)¹

¹ A poesia “A mãe do cativo” faz parte da obra *Os Escravos*, escrita por Castro Alves e publicado postumamente em 1883.

Dedico este trabalho a Leticia *in memoriam*. O sangue nos fez primas, mas eu te fiz minha irmã.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, aos meus pais, Lucirene Sousa e Sidney Rocha, por todo o suporte afetivo e financeiro, por terem me proporcionado condições de me dedicar à minha formação acadêmica e por nunca duvidarem da minha capacidade, mesmo quando eu mesma duvidei.

Aos meus familiares, por reconhecerem o meu esforço e comemorarem comigo todas as minhas vitórias. Em especial, as minhas primas, por serem o meu maior exemplo de companheirismo e fidelidade.

A minha irmã Liz, que no momento em que escrevo este trabalho, provavelmente ainda não veio ao mundo, mas desde já é amada e aguardada por mim.

Ao meu namorado, Deivinson. Sem dúvida aquele que acompanhou mais de perto as aflições e inseguranças surgidas no processo de escrita deste trabalho, e aquele que mais torceu e comemorou os progressos que foram obtidos.

Aos amigos que fiz na Universidade de Brasília e aos amigos que me acompanham desde o ensino médio, por partilharem comigo a experiência de estar em uma universidade e por fazerem parte das tantas histórias que carrego. Sem vocês os desafios universitários seriam certamente mais árduos.

À Comissão de Anistia, onde estagiei até o final da minha graduação, e onde conheci pessoas que certamente marcaram a minha primeira experiência profissional.

À minha orientadora, Ana Flávia Magalhães Pinto, por ter acreditado nas minhas inquietações e ter proporcionado o suporte necessário para que este trabalho se fizesse possível.

Aos Centros de Ensino Fundamental Professora Maria do Rosário, Centro de Ensino Fundamental 10, e Centro de Ensino Médio 09 - escolas públicas da cidade de Ceilândia onde cursei todo o ensino básico -, por me fazerem acreditar num ensino público, gratuito e de qualidade, e criarem mim o desejo de ser uma futura educadora.

Por fim, à Universidade de Brasília, por seu pioneirismo na adoção do sistema de cotas, que possibilitou que eu, cria do ensino público na Educação Básica fosse também cria do ensino público de nível superior.

RESUMO

O presente estudo tem por objetivo analisar o modo como a Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871 - conhecida como Lei do Ventre Livre-, afetou a experiência de maternidade de mulheres escravizadas. Assim, a fim de identificar as formas como mulheres negras escravizadas se mobilizavam em prol de suas demandas de afetividade e maternidade, reflito a respeito de como essas possibilidades foram simultaneamente anunciadas e interditadas pelo que postulava os artigos da lei. Para além disso, observo como a liberdade dos ditos filhos de ventre livre foi instituída e de que maneira a lei dava condições para que a liberdade e a maternidade fossem experienciadas por aqueles a quem a lei se destinou. O exame dessa problemática se dá por meio do diálogo com a letra da Lei de 1871, registros presentes no periódico *O Monitor* e os assentos de batismos dos nascidos de ventre livre da freguesia da Nossa Senhora da Conceição da Praia, na cidade de Salvador, Bahia, no período entre 1871 e 1888.

PALAVRAS-CHAVE: Lei nº 2.040, Maternidade, Escravidão, Ventre Livre, Ingênuos, Bahia.

ABSTRACT

The purpose of this study is to analyze how Law No. 2,040, of September 28, 1871 - known as the Law of Free Womb -, affected the experience of motherhood for enslaved women. Thus, in order to identify the ways in which enslaved black women mobilized in favor of their demands for affection and motherhood, I reflect on how these possibilities were simultaneously announced and interdicted by what the articles of the law postulated. In addition, I observe how the freedom of so-called free-womb children was instituted and how the law provided conditions for freedom and motherhood to be experienced by those for whom the law was intended. The examination of this problem occurs through dialogue with the letter of the Law of 1871, records present in the journal *O Monitor* and the baptism seats of those born with free womb in the parish of Nossa Senhora da Conceição da Praia, in the city of Salvador, Bahia, in the period between 1871 and 1888.

KEY WORDS: Law nº 2.040, Motherhood, Slavery, “Free Womb”, freed children, Bahia.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I – A EXPERIÊNCIA DE MATERNIDADE DA MULHER ESCRAVIZADA NO CONTEXTO DAS LEIS EMANCIPACIONISTAS	6
1.1 Os vícios da Lei	8
1.2 Como a lei ultrapassa a imagem do ventre livre	13
1.3 O dispositivo mantenedor da escravidão	18
CAPÍTULO II – A “LEI DO ELEMENTO SERVIL” NO COTIDIANO DA PROVÍNCIA DA BAHIA	21
2.1 Análise do periódico <i>O Monitor</i>	23
2.2 O elemento reprodutor feminino e suas atribuições	29
CAPÍTULO III – O CENÁRIO PECULIAR DA FREGUESIA DA CONCEIÇÃO DA PRAIA	34
3.1 A freguesia da Conceição da Praia	36
3.2 Análise de dados referentes aos batismos de ingênuos	38
3.3 Dinâmica Familiar Cativa	45
CONSIDERAÇÕES FINAIS	49
FONTES	50
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	51

INTRODUÇÃO

Pensar o Brasil do Oitocentos a partir de uma perspectiva que privilegie o rompimento com o sistema escravista é certamente uma operação que não se limita ao 13 de maio de 1888. A Lei Áurea como a última lei referente à população cativa do país e aquela que dá fim à escravidão é, sobretudo, resultado de debates a respeito do problema do “elemento servil”² que permearam todo o século XIX. O resultado dessas discussões se insere em um processo que não se resumiu a um diálogo restrito entre a elite escravocrata e o poder do Estado, mas algo mobilizado por todas as camadas da população. Entre aqueles que se fizeram presentes no processo que culminou o fim da escravidão, há que se destacar aqueles que foram negligenciados e silenciados pelo sistema. Isto é, destaco a importância de pessoas negras, escravizadas ou livres, que se mobilizaram em prol de suas liberdades ou daqueles com quem mantinham vínculos consanguíneos ou simbólicos, como sujeitos constituintes do processo que deu fim a escravidão³.

Assim, ao pensar na maneira como escravizados estiveram diretamente envolvidos em debates a respeito de suas demandas de liberdade, destaco a Lei do Ventre Livre, objeto principal da argumentação que foi desenvolvida neste trabalho. A Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871⁴, - também resultante de demandas da população cativa e de costumes que já eram recorrentes no cotidiano de escravizados e senhores⁵-, foi analisada a partir de seu contexto de publicação e execução. Ou seja, refiro-me às últimas décadas anteriores à abolição da escravidão no Brasil. No tocante ao cenário escolhido para o exame dessa problemática, analiso o contexto da província da Bahia, no período que vai de 1871 a 1888. Direciono

² O periódico selecionado, bem como os outros que foram consultados, no geral, utilizavam bastante a expressão “elemento servil”. Dessa forma, utilizo o mesmo entre aspas a fim de evidenciar que este se tratava de um eufemismo do período para se falar da preocupação em relação a mão-de-obra escravizada.

³ Para outros trabalhos sobre a importância de pessoas negras no processo de falência da escravidão, ver CHALHOUB, Sidney. *A Força da Escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012; CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011; FARIAS, Juliana; GOMES, Flávio; XAVIER, Giovana. *Mulheres Negras no Brasil Escravista e do Pós-Emancipação*. São Paulo: Selo Negro, 2012; MACHADO, Maria; CASTILHO, Celso (org.). *Tornando-se Livre: agentes históricos e lutas sociais no processo de abolição*. São Paulo: Editora da USP, 2018; REIS, Isabel. *A Família Negra no Tempo da Escravidão: Bahia, 1850-1888*. Tese de Doutorado. São Paulo: Universidade Estadual de Campinas, 2007; e SLENES, Robert. *Na Senzala, Uma Flor: esperanças e recordações na formação da família escrava*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2011.

⁴ BRASIL, Lei n. 2.040, de 28 de setembro de 1871. *Coleção de Leis do Império do Brasil de 1871*. Rio de Janeiro, p. 147, vol. 1.

⁵ CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. p. 226.

especialmente minha atenção à maneira como essa lei atuou sobre o cotidiano dos diversos sujeitos que constituíam a província, principalmente no referente à vivência de mulheres negras escravizadas, bem como de seus núcleos familiares.

A tentativa de reconhecer entre as pessoas que foram escravizadas a possibilidade de serem agentes ativos e constituintes do processo de falência da escravidão resultou numa crescente preocupação historiográfica que se interessou em ir além do entendimento da escravidão apenas como modo de produção, observando os diversos sujeitos que compunham esse momento. Na superação de visões que concebiam aqueles que foram escravizados apenas como incapaz e passivos, os núcleos familiares cativos tornaram-se preocupação marcante. Nessa lógica, a Lei de 1871, como uma lei que acaba por admitir a existência desses núcleos familiares - ao libertar o ventre de mulheres escravizadas e livrar seus filhos e filhas do ônus da escravidão, além de instituir que seus núcleos familiares deveriam ser mantidos -, se mostra relevante quando dimensionada a partir da maneira como ela agiu sobre a família de gente escravizada.

Para Robert Slenes, os estudos sobre a família cativa brasileira nascem, sobretudo, “preocupados em resgatar aspectos da cultura e da experiência de cativos, em desvendar suas relações com os senhores e em refletir sobre o impacto de embates e negociações cotidianos na reprodução ou transformação do sistema escravista⁶”. Assim, o historiador, como um dos principais expoentes da ainda hoje chamada Nova História da Escravidão, que se dedica a demonstrar a agência histórica desses múltiplos sujeitos submetidos direta ou indiretamente ao regime escravista, ressalta equívocos sobrepostos à realidade de pessoas negras no cativeiro⁷, os quais rebaixavam o vivido por essas pessoas⁸.

A respeito da dinâmica familiar cativa, Isabel Reis, uma das autoras que mais utilizo neste trabalho, destaca ainda a importância de se mensurar a construção desses vínculos familiares a partir do poder de resistência de mulheres cativas que diariamente vivenciavam essas opressões que agiam sobre seus corpos. Acerca disso, a historiadora diz:

Peço aqui especial atenção para a história de mulheres que enfrentaram um cotidiano de luta pela sobrevivência e buscaram formas de se defender da exploração e subjugação

⁶SLENES, Robert. *Na Senzala, Uma Flor: esperanças e recordações na formação da família escrava*. Campinas: Editora da Unicamp, 2011, p. 54.

⁷ Ibid., p. 49

⁸ PINTO, Ana Flávia. “A Existência Difamada da Gente Negra”. *Biblioteca Virtual Consuelo Pondé*. 26 de mai. de 2017. Disponível em: < <http://www.bvconsueloponde.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=190>. Acesso em 05 de mai. de 2021.

do sistema escravista, além das tão desiguais relações entre homens e mulheres na sociedade de seu tempo. Ser mulher e negra em uma sociedade escravista tornou a existência dessas mulheres muito mais difícil e complexa, pois elas estiveram sempre sujeitas a toda sorte de investidas e intempéries⁹.

A partir da reflexão do lugar da mulher escravizada dentro da lógica da escravidão, surge a pergunta norteadora deste trabalho. De que forma a Lei do Ventre Livre fala às mulheres negras escravizadas, quais as possibilidades inauguradas pela lei para que essas mulheres pudessem experienciar a maternidade de seus filhos de ventre livre e de que maneira é estabelecida e garantida a liberdade que foi estipulada aos ingênuos? Dito isso, examino as condições que a lei dava para que, maternidade e liberdade, fossem garantidas a aqueles a quem ela se destinou.

Em relação aos outros dispositivos de lei que foram utilizados neste trabalho, para além da Lei nº 2.040, recorro ao Decreto nº 1.695, de 1869¹⁰, que instituiu a não separação dos núcleos familiares cativos, e ao Decreto nº 5.135, de 1872¹¹, que regulamentou os critérios de funcionamento da Lei de 1871 – disponíveis na Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados. No tocante aos outros registros documentais utilizados, manuscritos e impressos, utilizo o periódico *O Monitor*, publicado entre 1876 e 1881, que circulou na cidade de Salvador – cuja consulta foi feita via Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional; e os assentos de batismos dos nascidos de ventre livre que foram lavrados na freguesia da Conceição da Praia, localizada também na mesma cidade – estes consultados no acervo digital do Portal Family Search.¹²

Por meio de uma triagem prévia selecionei entre os periódicos da província da Bahia disponibilizados na Hemeroteca Digital, aqueles que proporcionavam maiores possibilidades de acesso integral aos seus volumes e de verificação do problema desse trabalho. Após essa delimitação, optei pelo periódico *O Monitor*, pois este me propiciou maiores condições de aferir as questões envolvidas ao principal dispositivo de lei deste trabalho, isto é, a Lei do

⁹ REIS, Isabel. “Relações de Gênero no Cotidiano de Mulheres Negras da Bahia Oitocentista” In: FARIAS, Juliana; GOMES, Flávio; XAVIER, Giovana (org). *Mulheres Negras no Brasil Escravista e do Pós-Emancipação*. São Paulo: Selo Negro, 2012. p. 172.

¹⁰ BRASIL, Decreto n. 1.695, de 28 de setembro de 1869. *Coleção de Leis do Império do Brasil de 1869*. Rio de Janeiro. p. 129, vol. 1.

¹¹ BRASIL, Decreto n. 5.135, de 13 de novembro de 1872. *Coleção de Leis do Império do Brasil de 1872*. Rio de Janeiro, p. 1053. vol 2.

¹² Inicialmente essa pesquisa seria realizada no Arquivo Público do Estado da Bahia, em maio de 2020, data prevista para sua abertura após um período extenso de reforma. O adiamento da abertura do arquivo - que acabou por acontecer apenas em novembro de 2020-, junto ao contexto pandêmico que enfrentamos acabaram por impossibilitar que essa pesquisa se realizasse utilizando os registros documentais do APEB. Dessa forma, saliento a importância dos acervos digitais indicados, por tornarem possível a realização dessa pesquisa durante a pandemia.

Ventre Livre. Busquei verificar nos volumes que faziam menção a Lei de 28 de setembro de 1871 as formas como a lei era evocada por esse periódico, a maneira como a mulher escravizada era citada, se havia algum indício de que o jornal era favorável a esse dispositivo, se a lei era tópico recorrente, e de que maneira a maternidade e a liberdade eram tratadas por editores e colaboradores desse jornal.

No que se refere ao levantamento do quantitativo dos assentos de batismos dos nascidos de ventre livre, utilizei dois livros paroquiais referentes a mesma freguesia e período, a fim de verificar no universo de crianças batizadas quais eram relativos aos filhos livres de mulheres escravizadas. A partir desse quantitativo, levantei algumas reflexões com base na identificação nominal de pessoas que foram recorrentes, a fim de identificar algumas tendências relativas ao suscinto grupo de mulheres escravizadas em idade fértil na província da Bahia entre os anos de 1871 e 1888.

Em relação à divisão de capítulos, o primeiro é dedicado primordialmente à Lei de 1871 e de suas interpretações possíveis, de que maneira a liberdade dos nascidos de ventre livre é anunciada e de que forma a experiência de maternidade aparece em seus artigos. Acerca da obtenção de liberdade daqueles a que se destinam os outros artigos da lei, trato também a respeito do fundo de emancipação e do acúmulo de pecúlio por escravizados, de modo a evidenciar a abrangência da lei, no tocante as possibilidades de liberdade que ela inaugura, bem como das constantes mobilizações da população cativa.

No segundo capítulo, volto-me propriamente à província da Bahia, sob a ótica do periódico *O Monitor*, elucidando de que forma a Lei de 1871 aparece, como a mulher escravizada era concebida segundo o que fala o jornal, evidenciando não só seu lugar de cativa dentro da instituição da escravidão, mas pensando sobre sua posição de mulher. Ou seja, nesse capítulo me dedico ao exame de como a escravidão se deu sobre lugares distintos entre homens e mulheres e de como a Lei do Ventre Livre colaborou para que experiências intimamente ligadas ao “feminino”, como a maternidade, fossem interditas ao deslocar a autoridade parental que deveria ser exercida por mulheres escravizadas para a tutela de seus proprietários.

Por fim, o último capítulo refere-se à análise dos assentos de batismo dos nascidos livres que foram lavrados na freguesia da Conceição da Praia, entre os anos de 1872 e 1887, na cidade de Salvador. Analiso as formas como a Lei de 1871 afetou o enxuto grupo de mulheres escravizadas em idade fértil nessa freguesia, evidenciando o modo como essas mulheres aparecem, de que forma são os modelos familiares registrados e qual a frequência com que

esses assentos aparecem em um momento em que a população cativa já era bastante reduzida. A partir de casos que considero emblemáticos, reflito a respeito de como o dispositivo de lei funcionou sobre essas mulheres e de como a lei, embora publicada em um momento de diminuição da mão de obra escravizada, influenciava o cotidiano dessas mulheres evidenciando a dinâmica familiar dessas pessoas.

Por meio desse percurso, busco evidenciar a maneira como a Lei impactou dois pontos principais da vida de mulheres negras escravizadas, a saber, maternidade e liberdade. Dito isso, dedico-me a verificar as principais implicações a respeito da maternidade de mulheres escravizadas, pensando de que forma a Lei do Ventre Livre agiu sobre suas vivências, negando-as o exercício pleno dessa experiência e as destituindo da autoridade sobre os seus filhos ingênuos, que se influenciava de uma violência simbólica que atuou sobre essas mulheres. Propriamente aos ditos nascidos de ventre livre, adentro as interdições que são dadas sobre a experiência de liberdade que foi estipulada a eles por meio da Lei de 1871.

CAPÍTULO I

A EXPERIÊNCIA DE MATERNIDADE DA MULHER ESCRAVIZADA NO CONTEXTO DAS LEIS EMANCIPACIONISTAS

A Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871 – conhecida também como Lei do Ventre Livre –, não pode ser lida como um evento isolado, como algo desconexo de uma densa trama de discussões da época. Adveio de um período de grandes agitações em torno da emancipação da população cativa do Império¹³. Publicada em um momento em que o movimento abolicionista se fortalecia nos cantos do país, insere-se num pacote de legislações ditas emancipacionistas que foram promulgadas principalmente nas últimas décadas anteriores à abolição¹⁴. A discussão a respeito do problema do “elemento servil”, e de como seria o modelo de emancipação mais adequado a ser adotado, tomou boa parte da segunda metade do Oitocentos que, inflada pelo crescente movimento pró abolição, movia a elite escravocrata. Nesse contexto, o modelo de emancipação para o país foi pensado sobre uma premissa de contenção de danos, que atendesse aos anseios da elite escravocrata e do poder imperial, frente à crescente e constante pressão popular¹⁵.

No contexto de publicação da lei, o Império Brasileiro, como um dos países mais conservadores no que se refere à emancipação de sua população cativa e ainda extremamente dependente da mão de obra escravizada, a essa época era um dos poucos países americanos restantes a não ter abolido definitivamente a escravidão – restando ainda Porto Rico e Cuba, que ainda eram colônias espanholas¹⁶. Era preciso agir rápido frente à grande pressão

¹³ ABREU, Martha. “Slave Mothers and Freed Children: Emancipation and Female Space in Debates on the ‘Free Womb’ Law, Rio de Janeiro, 1871”. Cambridge University Press: *Journal of Latin American Studies*. v. 28, n. 03, Out, 1996, p. 567.

¹⁴ No que se refere as leis emancipatórias publicadas no período, ver principalmente: Lei de 7 de novembro de 1831 (1ª lei a respeito do tráfico de escravizados); Lei n. 581, de 4 de setembro de 1850 (Lei Eusébio de Queiroz); Decreto n. 3.110, de setembro de 1864 (Concede a emancipação a todos os africanos livres existentes no império; Decreto n. 1695, de 15 de setembro de 1869 (Proíbe a venda de escravos debaixo de pregão e postula a respeito da não separação de núcleos familiares); Lei n. 2.040, de 28 de setembro de 1871 (Lei do Ventre Livre); Lei n. 3.270, de 28 de setembro de 1885 (Lei do Sexagenário) e por fim, a derradeira lei referente a escravidão; Lei n. 3.353, de 13 de maio de 1888 (Lei Áurea).

¹⁵ LIMA, Henrique. “Sob o domínio da precariedade: escravidão e os significados da liberdade de trabalho no século XIX”. *TOPOI*. v. 6, n. 11, jul-dez, 2005, p. 289-326. p. 301-302.

¹⁶ MATTOS, Hebe. “Laços de Família e Direitos no Final da Escravidão” In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de; NOVAIS, Fernando (org.). *História da Vida Privada no Brasil* - vol. II. São Paulo: Companhia de Bolso, 2019. p. 296-297. Para Hebe Mattos o século XIX foi um século de abolições, que simbolizaram “talvez a mais ampla e profunda transformação social nas Américas. Privacidade e direitos civis são noções que o mundo ocidental viu se consolidarem no mesmo contexto histórico e cultural e engendrou no continente americano essa ‘era das emancipações’”.

internacional e às pressões internas do movimento abolicionista, movimento endossado pela luta de populares e por juristas e políticos influentes da época¹⁷. Assim, se instaura principalmente na segunda metade do século um crescimento notável de legislações que envolviam diretamente a população escravizada do país. Esse pacote de leis, para além de indicar um afrouxamento dos grilhões da escravidão e tornar possível um futuro de liberdade para essa população, dava também para a elite escravocrata a segurança necessária para que houvesse uma emancipação sem riscos, de maneira lenta e gradual¹⁸.

Sidney Chalhoub, em *Visões de Liberdade*, defende que a Lei de 1871, sobretudo, foi um dispositivo jurídico que institucionalizou uma série de costumes que já eram correntes na relação entre senhores e escravizados. Ele exemplifica isso a partir da institucionalização do acúmulo de pecúlio e da possibilidade de alforria mediante indenização, ao demonstrar como a Lei de 1871 é “exemplo de uma lei cujas disposições mais essenciais foram ‘arrancadas’ pelos escravos às classes proprietárias”¹⁹. Ao alegar o quanto essas práticas já eram costumeiras, pontua que foi só após a Lei de 1871 que se inaugurou uma legislação específica que as abordassem e desse aos escravizados a seguridade necessária para projetarem futuros de liberdade sem as interdições que o poder senhorial poderia ocasionar. A respeito disso, diz:

O texto final da lei de 28 de setembro foi o reconhecimento legal de uma série de direitos que os escravos haviam adquirido pelo costume e a aceitação de alguns objetivos das lutas dos negros. Isso é verdade não só em relação ao pecúlio e à indenização forçada, como também no que diz respeito à ideia mestra do projeto, isto é, a liberdade do ventre – mesmo que essa ‘liberdade’ tenha sido relativizada por um sem-número de sutilezas e restrições que não vou desenvolver aqui. Os próprios escravos sempre valorizaram bastante a alforria das mulheres, por isso significava a garantia de uma prole livre²⁰.

Assim, Chalhoub evidencia o quanto a Lei de 28 de setembro de 1871 - para além de ser um dispositivo que sancionou práticas que já eram habituais -, abriu várias frentes de discussões relativas ao problema do “elemento servil” quando se intensificam os debates a respeito. Ademais, o historiador faz uma observação sobre a simbologia principal da lei, isto é, a liberdade do ventre, evidenciando as formas precárias em que ela se estabeleceu, mencionando ainda a suas “sutilezas e restrições”.

¹⁷ CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. p. 226.

¹⁸ SANTOS, Lucimar. “Os Bastidores da Lei: estratégias escravas e o Fundo de Emancipação”. *Revista de História*, v. 1, n. 2, 2009, p. 19.

¹⁹ CHALHOUB, op. Cit., p. 30.

²⁰ CHALHOUB, op. Cit., p. 199.

Pensando nas dimensões do conceito de liberdade que foram inauguradas após a Lei de 1871, Joseli Mendonça defende que a lei, embora respondesse à algumas expectativas senhoriais - como a indenização que seria por eles recebida por meio do fundo de emancipação-, deu aos escravizados do período direitos que por eles seriam recorrentemente mobilizados e instrumentalizados em prol de suas demandas de liberdade²¹.

Assim, construo este capítulo com vistas a elucidar os diversos modos de atuação da lei sobre os sujeitos dos quais ela fala, pensando nas formas em que estes poderiam ou não mobilizar os dispositivos da lei em prol de sua liberdade. Dirijo principalmente o foco nas mulheres negras escravizadas ainda em idade fértil e a maneira como são impactadas e se movem perante essas normativas. Para além de evidenciar as opiniões de populares a respeito da problemática da libertação do ventre, é necessário antes perpassar ponto a ponto de seu conteúdo, a fim de perceber seus meandros, para depois, analisar por meio de outros registros documentais, como essa lei impactou a vida de sujeitos localizados na cidade de Salvador, Bahia, entre 1871 e 1888. Ou seja, dedico este capítulo, ao exame da Lei do Ventre Livre, de maneira a perceber as mulheres escravizadas na condição de sujeitos afetados por ela, mesmo que não necessariamente positivamente.

1.1. Os vícios da Lei

Para Joseli Mendonça, a Lei do Ventre Livre nascia de um paralelo com a Lei Eusébio de Queiroz. Enquanto a lei de 1850 era uma forma de parar a escravidão mediante o “estancamento da fonte pelo tráfico”, a Lei do Ventre Livre foi divulgada como uma forma de “estancar a fonte da escravidão pelos nascimentos”²². Assim, a Lei nº 2.040 foi publicada como garantia jurídica que prometia o rompimento com a escravidão enquanto mácula geracional de uma população que ainda estava por nascer. Atualizando o dispositivo ibérico do *partus sequitur ventrem*, que por sua vez foi herdado do direito romano²³, a partir de sua data de publicação, estabelecia que os filhos de mulheres ainda escravizadas seriam considerados livres. Partindo da premissa de emancipação exclusiva do ventre da mulher escravizada, desse

²¹ MENDONÇA, Joseli. “Legislação Emancipacionista, 1871 e 1885” In: GOMES, Flávio; SCHWARCZ, Lília. *Dicionário da Escravidão e Liberdade*. São Paulo: Companhia da Letras, 2018. p. 281-284.

²² Ibid., p. 280.

²³ SANTOS, Martha. “Slave Mothers”, Partus Sequitur Ventrem, and the Naturalization of Slave Reproduction in Nineteenth-Century Brazil. *Tempo*. Vol. 22. n. 41. p. 467-487, set-dez 2016. p. 478-479.

momento em diante todo aquele que de ventre livre nascesse seria considerado livre, visto que o nascido, nessa lógica, herdaria a condição social do ventre materno²⁴.

De todo modo, é importante acompanhar a letra da lei em sua totalidade:

Declara de condição livre os filhos de mulher escrava que nascerem desde a data desta lei, libertos os escravos da Nação e outros, e providencia sobre a criação e tratamento daqueles filhos menores e sobre a libertação anual de escravos...²⁵

Ao ler rapidamente o caput da lei, é possível perceber a sua abrangência. Primeiro, dispõe a respeito da liberdade do ventre da mulher escravizada; na sequência, liberta os cativos pertencentes à nação e aborda sobre a destinação a ser feita aos que forem nascidos livres; e, por fim, dispõe sobre a libertação que deveria ser anualmente feita. Ao se anunciar, a lei traz diversas questões a serem pontuadas, suas disposições pouco se resumem à liberdade dos ventres dessas mulheres, dizem mais. Torna possível práticas que há muito já eram correntes, como o acúmulo do pecúlio por escravizados em prol de suas liberdades e institui ainda o fundo de emancipação; dispositivo que de forma direta simboliza o debate a respeito de uma emancipação da população cativa que se daria aos poucos, de forma cautelosa e controlada²⁶.

A respeito do primeiro ponto da lei, Lucimar Felisberto dos Santos argumenta sobre o quanto a Lei do Ventre Livre não considerou a experiência de maternidade e afetividade entre mulheres negras escravizadas como elemento constituinte da lei que libertou seus ventres. Ao estabelecer o ventre como símbolo do processo que daria fim à escravidão, a mãe é sujeito negligenciado nesse dispositivo. Pouco mencionada, a mãe não é a detentora da autoridade sob seus filhos e filhas. Sobre isso, a autora reforça como esse dispositivo de lei desautoriza a figura materna e completa: “No caso da família que tivesse por membro uma mãe de ingênuos, a Lei do Ventre Livre inaugurava um período de disputas entre essas mulheres, seus proprietários e o governo imperial, pelo destino das crianças a partir da data de sua promulgação”²⁷.

²⁴ MENDONÇA, op. Cit., p. 280. A historiadora alega que a ideia de libertação do ventre livre não era necessariamente uma novidade, sendo implementada em Portugal desde 1763. Segundo a autora a simbologia do ventre que se liberta orientou a política emancipacionista em outros países americanos, bem antes do que no Brasil. No Chile, em 1811; na região do Rio da Prata, em 1813; no Peru e nas regiões que futuramente seriam a Colômbia e a Venezuela, em 1821.

²⁵ BRASIL, Caput da Lei n. 2.040, de 28 de setembro de 1871. *Coleção de Leis do Império do Brasil de 1871*. Rio de Janeiro, p. 147, vol. 01.

²⁶ LIMA, Henrique. “Sob o domínio da precariedade: escravidão e os significados da liberdade de trabalho no século XIX”. *Topoi*. v. 6, n. 11, jul-dez, 2005, p. 301-302.

²⁷ SANTOS, Lucimar Felisberto. “Mulheres de Luta: as mães de ingênuos por força da Lei do Ventre Livre”. *Portal Geledês*. 23 de set. de 2020. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/mulheres-de-luta-as-maes-de-ingenuos-por-forca-da-lei-do-ventre-livre/>>. Acesso em 20 de mar. de 2021.

Assim, embora seja a lei considerada um avanço significativo no que tange ao fim da escravidão, é ainda bastante conservadora, principalmente no que se refere à figura materna e de como esta, apesar de ser a simbologia principal, pouco ou mesmo não aparece como sujeito de direito pleno, em especial no que diz respeito à autoridade sobre o destino de seus filhos e filhas. Nesse dispositivo de lei, o que se observa é que a autoridade é sempre dada ao poder senhorial ou ao poder do Estado. O domínio sob os ingênuos, nascidos livres de mãe ainda escravizadas, quando não estava sob a posse do proprietário de sua mãe, transferia-se para a tutela do Estado²⁸. Há uma alienação marcante no que se refere à figura materna, ou até mesmo de outros parentes consanguíneos. O que se observa é uma tentativa de reforçar de forma persistente nos últimos momentos da escravidão o domínio senhorial²⁹.

Para exemplificar isso é necessário citar principalmente o instrumento de tutela, e de como esse se estabelece como artifício de perpetuação do controle senhorial, que, de forma literal coloca o poder e a autoridade dos filhos de mães escravizadas sob posse do senhor. O parágrafo primeiro do artigo um é enfático sobre isso. Delineia bem o quanto o ingênuo era também posse do senhor:

§ 1º Os ditos filhos menores ficarão em poder e sob a autoridade dos senhores de suas mães, os quais terão obrigação de criá-los e tratá-los até a idade de oito anos completos. Chegando o filho da escrava a esta idade, o senhor da mãe terá opção, ou de receber do Estado a indenização de 600\$000, ou de utilizar-se dos serviços do menor até a idade de 21 anos completos. No primeiro caso, o Governo receberá o menor, e lhe dará destino, em conformidade da presente lei. A indenização pecuniária acima fixada será paga em títulos de renda com o juro anual de 6%, os quais se considerarão extintos no fim de 30 anos. A declaração do senhor deverá ser feita dentro de 30 dias, a contar daquele em que o menor chegar à idade de oito anos e, se a não fizer então, ficará entendido que opta pelo arbítrio de utilizar-se dos serviços do mesmo menor³⁰.

É importante notar nesse parágrafo a forma como a lei desautoriza as mães dessas crianças, e em seu lugar surge o proprietário dela enquanto possuidor da tutela dos ingênuos e detentor da autoridade sobre ambas. Ainda que o enunciado no parágrafo desse ao senhor duas possibilidades frente ao destino dos ingênuos - ou usufruir do trabalho deste até que ele chegasse aos 21 anos ou receber uma indenização do Estado-, a lei em nenhuma das duas

²⁸ Ibid., n.p.

²⁹ ARIZA, Marília. “Mães libertas, filhos escravos: desafios femininos nas últimas décadas da escravidão em São Paulo”. *Revista Brasileira de História*, v. 38 n. 79, 2018. p. 160.

³⁰ BRASIL, Parágrafo 1º do Artigo 1º da Lei n. 2.040, de 28 de setembro de 1871. *Coleção de Leis do Império do Brasil de 1871*. Rio de Janeiro, p. 147, vol. 01.

possibilidades beneficiava a mãe em detrimento do senhor, ou ao menos garantia a ela voz ativa diante dessa situação. O que se observa é sempre um rito contrário. O senhor sempre prevalece enquanto possuidor não só da mão de obra materna, mas também da posse dessa criança³¹.

Para Marília Ariza “disputar a maternidade autônoma era tarefa que não se esgotava com o próprio ingresso formal no mundo da liberdade e tampouco com o dos filhos”³². Nesse sentido, a tutela se estabelece como um ato de legitimação da autoridade senhorial, que age diretamente sobre a mulher escravizada e seus rebentos. A autora, ao dialogar a respeito dos entraves à emancipação que se constroem a partir do amplo alcance da instituição da tutela e das dificuldades de se construir “modos de vida efetivamente autônomos”, analisa que:

Os sonhos de liberdade de homens e mulheres determinados a deixar para trás a realidade da escravidão esbarrava na materialidade de arranjos de trabalho tutelado e dependente, traço que marcou o encaminhamento da população servil à via em liberdade no Brasil do século XIX. Situando os libertandos num campo social nebuloso estreitamente relacionado ao cativo, os contratos de locação de serviços representaram para a camada proprietária uma saída cruelmente eficaz para a extensão dos laços da escravidão e para a consolidação de emancipações indenizatórias, custeada pelos próprios trabalhadores escravizados³³.

Ao dizer isso, a historiadora destaca que embora a locação de serviços tenha sido extensivamente utilizada durante o século XIX, a Lei do Ventre Livre ao formalizá-la, coloca a tutela em lugar de evidência. Assim, ao finalizar sua argumentação, a autora ainda endossa que esse momento de emancipação foi pensado, sobretudo, a partir da “entrada precária desses sujeitos no mundo da liberdade”³⁴.

Seguindo essa linha de conservação do domínio senhorial, o parágrafo segundo da Lei de 1871 é também emblemático. Nele se faz uso do termo “indenização pecuniária”, expressão que depois seria retomada na mesma lei ao falar da possibilidade de acumulação de pecúlio a que teria direito o escravizado em prol da obtenção de sua liberdade. Há ainda um ponto interessante sobre a questão de acúmulo de pecúlio, visto que somente nesse ponto a figura da

³¹ SANTOS, Lucimar. “Mulheres de Luta: as mães de ingênuos por força da Lei do Ventre Livre”. *Portal Geledés*. 23 de set. de 2020. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/mulheres-de-luta-as-maes-de-ingenuos-por-forca-da-lei-do-ventre-livre/>>. Acesso em 20 de mar. de 2021.

³² ARIZA, op. Cit. p. 162.

³³ ARIZA, Marília. “Comprando Brigas e Liberdade: contrato de locação de serviços e ações de liberdade na província de São Paulo nas últimas décadas da escravidão (1874-1884)”. In: MACHADO, Maria; CASTILHO, Celso (org.). *Tornando-se Livre: agentes históricos e lutas sociais no processo de abolição*. São Paulo: Editora da USP, 2018. p. 68.

³⁴ Ibid., p. 67.

mãe aparece como agente direta sobre o seu filho. Ainda que fosse o ingênuo considerado livre; se por decisão do senhor, ele decidisse contar com os seus serviços até que chegasse até a idade de 21 anos, a mãe nada a respeito disso poderia fazer. A única alternativa possível seria mediante indenização a ser paga ao senhor por um terceiro. Aqui, a mãe pela primeira vez pode ser vista como possível sujeito atuante, por haver a possibilidade de, mediante pagamento de indenização, livrar seu filho ingênuo do ônus da servidão efetiva, embora não formal.

§ 2º Qualquer desses menores poderá remir-se do ônus de servir, mediante prévia indenização pecuniária, que por si ou por outrem ofereça ao senhor de sua mãe, procedendo-se a avaliação dos serviços pelo tempo que lhe restar a preencher, se não houver acordo sobre o quantum da mesma indenização³⁵.

O trecho reforça ainda o viés conservador da lei, uma vez que continua a garantir o direito à propriedade privada e conservá-la mesmo em um contexto em que a pessoa de que se trata já fosse nascida livre. O próprio ato de acumular pecúlio indenizatório para alguém que, em tese, já era livre mostra os vícios dessa lei no que se refere a precariedade da liberdade que ela estabelece. Lucimar Felisberto dos Santos alega que: “A necessidade de ‘remir-se do ônus de servir’ expressa no texto da lei representou uma clara distorção no sentido de liberdade anunciada”³⁶.

Enquanto seu primeiro artigo trata exclusivamente dos deveres do senhor em caso de este optar por contar com os serviços do ingênuo até que se atingisse os 21 anos de idade, o segundo refere-se propriamente às situações em que o senhor renunciasse a isso³⁷. Quando o senhor optasse por receber indenização a ser paga pelo governo, e conseqüentemente tivesse que entregar o ingênuo para as instituições devidas, estas instituições seriam encarregadas de instruir o ingênuo e o cuidar até que lhe fosse dado algum destino.

Nesse sentido, Martha Abreu, ao tratar sobre como a maternidade de mulheres escravizadas foi atravessada por esse dispositivo de lei, alega o quanto a afetividade entre essas mulheres não foi elemento constitutivo da elaboração da lei, pois: “a lei desprezava seus sentimentos ao dividir a família, mantendo mães escravizadas, restringindo sua autoridade,

³⁵ BRASIL, Parágrafo 2º do Artigo 1º da Lei n. 2.040, de 28 de setembro de 1871. *Coleção de Leis do Império do Brasil de 1871*. Rio de Janeiro, p. 147, vol. 1.

³⁶ SANTOS, Lucimar: Páginas da vida: experiências maternas de mães negras no antes e no pós Lei do Ventre Livre. Rio de Janeiro, 1869-1888. In: Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, 08, 2017, Rio Grande do Sul. Anais, p. 2.

³⁷ BRASIL, Parágrafo 2º do Artigo 2º da Lei n. 2.040, de 28 de setembro de 1871. *Coleção de Leis do Império do Brasil de 1871*. Rio de Janeiro, p. 147, vol. 1.

piorando as condições de maternidade, e trazendo a separação entre mãe e filho”³⁸. Não há um tópico referente a mãe. À mãe escravizada não é dada ao menos a possibilidade de poder tutelar seus próprios filhos. Todas as instruções feitas são apenas destinadas a esses poderes, senhorial e do Estado. O alento materno, embora não possa ser concebido da mesma forma em que se concebe hoje, nem ao menos é citado.

1.2. Como a lei ultrapassa a imagem do ventre livre

Apesar do objeto desse trabalho falar mais aos dispositivos relacionados aos ingênuos e ao exercício da maternidade de mulheres ainda escravizadas, mais precisamente os artigos primeiro e segundo; é necessário ainda se ater aos outros pontos referentes a essa normativa. Em seu desenrolar são apresentados ainda outros pontos importantes para a compreensão da construção social entre escravizados de uma promessa de liberdade, construção essa que foi certamente cristalizada por alguns dispositivos da lei³⁹. Frente aos fortes indícios de abolição que vinham sendo dados no período, as novas normativas de emancipação para essas pessoas figuram enquanto um lampejo de esperança frente a essa promessa de liberdade⁴⁰.

O fundo de emancipação, estabelecido no artigo três, funciona como uma dessas principais garantias, ao instituir a emancipação anual de escravizados, por via da disponibilização de fundos destinados exclusivamente em prol da obtenção de liberdade dessas pessoas⁴¹. Enquanto um dos dispositivos que mais gerou debates institucionalmente e na opinião pública, o fundo de emancipação teria anualmente uma cota destinada à libertação de escravizados a ser decidida de acordo com o orçamento provincial. Ainda que bastante repercutida, as disposições a respeito do processo de emancipação através desse fundo são mais detalhadas no Decreto nº 5.135, de 13 de novembro de 1872, que regulamentou seus critérios de funcionamento⁴². No todo, o fundo de emancipação funcionava como a aplicação do viés

³⁸ ABREU, Martha. “Slave Mothers and Freed Children: Emancipation and Female Space in Debates on the ‘Free Womb’ Law, Rio de Janeiro, 1871”. Cambridge University Press: *Journal of Latin American Studies*. v. 28, n. 03, oct. 1996. p 567. Tradução do original: “the law scorned that sentiment by dividing the family, keeping mothers enslaved, restricting their authority, worsening the conditions of motherhood, and bringing about the separation of Mother and child”.

³⁹ LIMA, Henrique. “Sob o domínio da precariedade: escravidão e os significados da liberdade de trabalho no século XIX”. *Topoi*. v. 6, n. 11, jul-dez, 2005, p. 310.

⁴⁰ SANTOS, Lucimar. “Os Bastidores da Lei: estratégias escravas e o Fundo de Emancipação”. *Revista de História*, v. 1, n. 2, 2009, p. 23.

⁴¹ REIS, Isabel. *A Família Negra no Tempo da Escravidão: Bahia, 1850-1888*, Capítulos IV e V, p. 183-262. Ver a discussão que faz Isabel Reis a respeito do Fundo de Emancipação e a maneira em que esses cativos eram classificados na província da Bahia.

⁴² BRASIL, Decreto n. 5.135, de 13 de novembro de 1872. *Coleção de Leis do Império do Brasil de 1872*. Rio de Janeiro, p. 1053. vol 2.

emancipacionista da lei, sobretudo se pensado sobre a lógica gradual e lenta com que fora planejado. Tratando-se propriamente da província da Bahia, Isabel Reis, ao argumentar sobre o fundo de emancipação em *A Família Negra no Tempo da Escravidão*, defende que nas localidades da província da Bahia o fundo de emancipação provocou “intensa mobilização dos escravizados em busca da alforria através de mais um dos meios disponibilizados pela legislação brasileira nas últimas décadas do sistema escravista”⁴³, algo que se nota nas discussões da imprensa da época⁴⁴.

Quase como um desdobramento do artigo anterior, o artigo quatro refere-se à acumulação de pecúlio por pessoas escravizadas em prol da obtenção de suas liberdades. De maneira extensa, são postas situações que, em tese, deveriam privilegiar a população cativa na busca da obtenção de liberdade, algo que se verifica ao longo de seus nove parágrafos. Ao relatar o desejo do Estado brasileiro de anualmente alforriar um grande número de cativos, de forma controlada e cautelosa, a lei versa sobre outros tipos de alforrias que não sejam somente a partir do fundo de emancipação. É o exemplo das alforrias ditas condicionais ou prestacionais, em que o forro após a obtenção de carta de liberdade, sob as condições determinadas no âmbito da lei e de acordo com seus senhores, poderia continuar a ter de prestar serviços por um prazo a ser estabelecido pelas partes⁴⁵. Embora a alforria mediante indenização a ser paga pelo senhor fosse prática antiga, o artigo quatro dá a pessoas escravizadas a seguridade jurídica necessária para que isso ocorresse de forma mais transparente⁴⁶.

Entre os nove parágrafos do artigo quatro, há que se destacar especialmente o parágrafo sétimo. Sua premissa de não separação dos vínculos familiares é herdada do Decreto nº 1.695, de 15 de setembro de 1869⁴⁷, um decreto ainda embrionário do que seria melhor elaborado na Lei de 1871. Inserido num contexto de grande tráfico interprovincial, os trechos em questão nascem de demandas urgentes relacionados ao desmembramento de vínculos familiares, por conta da grande transferência de mão de obra entre as províncias. A província da Bahia, em especial, sentiu bastante os efeitos desse tráfico interprovincial visto que nesse período o norte

⁴³ REIS, Isabel. *A Família Negra no Tempo da Escravidão: Bahia, 1850-1888*. Tese de Doutorado. São Paulo: Universidade Estadual de Campinas, 2007. p. 183.

⁴⁴ Ver, dentre outros, *O Monitor* (BA). Edição 128, 09 nov. 1880. p. 01. e *O Monitor* (BA). Edição 173, 1881. p. 01.

⁴⁵ BRASIL, Artigo 4º da Lei n. 2.040, de 28 de setembro de 1871. *Coleção de Leis do Império do Brasil de 1871*. Rio de Janeiro, p. 147, vol. 1.

⁴⁶ CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. p. 199.

⁴⁷ BRASIL, Decreto n. 1.695, de 28 de setembro de 1869. *Coleção de Leis do Império do Brasil de 1869*. Rio de Janeiro, p. 129, vol. 1.

do país figurava como polo abastecedor da mão de obra escravizada da parte sul do país⁴⁸. Em um período de fortalecimento do tráfico interprovincial, o medo de desagregação era uma constante entre as famílias de gente escravizada. Sobre isso, Chalhoub diz:

O fundamental, de qualquer forma, é enfatizar que, para os negros, a liberdade significava, entre outras coisas, o fim de uma vida constantemente sujeita às vicissitudes das transações de compra e venda. As feridas dos açoites provavelmente cicatrizavam com o tempo; as separações afetivas, ou a constante ameaça de separação, eram as chagas eternamente abertas no cativo⁴⁹.

A respeito da ameaça de desagregação, Hebe Mattos argumenta que antes da institucionalização da não separação de núcleos familiares cativos, instituído através do Decreto de 1869, havia uma certa frequência de conservá-los em situações de partilha de bens. Com o advento da intensificação do tráfico interprovincial, a propriedade escrava, antes amplamente disseminada, atingiu em grande parte aqueles que pertenciam a pequenos e médios proprietários. Isso acabou por intensificar entre os cativos dessas propriedades o temor de desenraizamento como um sentimento cotidiano, que segundo a historiadora mostra o nível de violência que foi ocasionada pela generalização do tráfico interno⁵⁰. Marília Ariza ao abordar essa mesma questão, argumenta ainda que esse decreto era frequentemente ignorado e alega que: “O fim da vida, porém, não era o único tipo de morte que espreitava as crianças e suas famílias. Sob a escravidão, o fenecimento do corpo encontrava seu duplo na morte social, o rompimento dos laços familiares provocado pelo afastamento forçado”⁵¹.

Eis o que a lei prometia:

§ 7º Em qualquer caso de alienação ou transmissão de escravos, é proibido, sob pena de nulidade, separar os cônjuges, e os filhos menores de 12 anos, do pai ou da mãe⁵².

Art. 2º Em todas as vendas de escravos, ou seja, particulares ou judiciais, é proibido, sob pena de nulidade, separar o marido da mulher, o filho do pai ou mãe, salvo sendo os filhos maiores de 15 anos⁵³.

⁴⁸ REIS, op. Cit., p. 45-46.

⁴⁹ CHALHOUB, op. Cit., p. 307.

⁵⁰ MATTOS, Hebe. Laços de Família e Direitos no Final da Escravidão In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de; NOVAIS, Fernando (org.). *História da Vida Privada no Brasil* - vol. II. São Paulo: Companhia de Bolso, 2019. p. 296-346. p. 304.

⁵¹ ARIZA, Marília. Crianças / Ventre Livre. In: GOMES, Flávio; SCHWARCZ, Lilia. *Dicionário da Escravidão e Liberdade*. São Paulo: Companhia da Letras, 2018. p. 172.

⁵² BRASIL, Parágrafo 7º do Artigo 4 da Lei n. 2.040, de 28 de setembro de 1871. *Coleção de Leis do Império do Brasil de 1871*. Rio de Janeiro, p. 147, vol. 1.

⁵³ BRASIL, Artigo 2º do Decreto n. 1.695, de 15 de setembro de 1869. *Coleção de Leis do Império do Brasil de 1869*. Rio de Janeiro, p. 129, vol. 1.

Apesar de haver divergências claras, como a alteração da idade mínima de quinze anos (Decreto de 1869) para doze anos (Lei de 1871), ambas as legislações pouco dizem a respeito dos casos em que essas situações não fossem juridicamente respeitadas. Esse paralelo entre a Lei de 1871 e o Decreto de 1869 serve principalmente para mostrar o quanto a Lei do Ventre Livre é resultado de várias frentes de discussão, herdando debates que já eram correntes no período e que eram resultados de demandas mobilizadas pela própria população cativa. Esse viés abrangente da Lei de 1871 é algo frequentemente abordado. Sidney Chalhoub diz que ela simboliza o “reconhecimento legal de uma série de direitos que os escravos haviam adquirido pelo costume e a aceitação de alguns objetivos das lutas dos negros”⁵⁴. Por sua vez, Henrique Espada Lima argumenta que “a lei dava também consistência jurídica a uma série de práticas correntes na relação escravista”⁵⁵.

Mais uma vez, vejamos o conteúdo da lei:

§ 4º Se a mulher escrava obtiver liberdade, os filhos menores de oito anos, que estejam em poder do senhor dela por virtude do § 1º, lhe serão entregues, exceto se preferir deixá-los, e o senhor anuir a ficar com eles⁵⁶.

Há ainda outros parágrafos que se relacionam diretamente aos vínculos familiares, e de como estes deveriam ser minimamente conservados dentro das limitações impostas pela escravidão. No que se refere a isso, o parágrafo quarto do artigo primeiro é ainda incisivo no que se refere a não separação entre a mãe e seus filhos ingênuos, onde estipula que até que estes tivessem ao menos oito anos a eles era garantido o convívio e cuidado materno. É certamente interessante notar o quanto a transmissão de uma família escravizada de um senhor para o outro dava mais tempo e condições de convivência de uma mãe com seu filho, do que a própria liberdade materna, visto que ele já era, em tese, livre. Para ilustrar melhor, a mãe de um ingênuo, ao tornar-se livre só teria a posse do seu filho, se este contasse com no máximo 8 anos. Após essa idade, se o senhor optasse por contar com seus serviços até os 21 anos, conforme titulado no parágrafo primeiro do artigo um, o ingênuo só poderia remir-se da servidão mediante

⁵⁴ CHALHOUB, op. Cit., p. 199.

⁵⁵ LIMA, Henrique. “Sob o domínio da precariedade: escravidão e os significados da liberdade de trabalho no século XIX”. *Topoi*. v. 6, n. 11, jul-dez, 2005, p. 302.

⁵⁶ BRASIL, Parágrafo 4º do Artigo 1º da Lei n. 2.040, de 28 de setembro de 1871. *Coleção de Leis do Império do Brasil de 1871*. Rio de Janeiro, p. 147, vol. 1.

indenização paga ao senhor. Em contrapartida, quando a mãe fosse transferida a outro proprietário, a idade mínima para que estes não se separassem era de doze anos.

Continuar como cativa dava a essa mãe a garantia de mais quatro anos ao lado de seu rebento, enquanto a liberdade dela, apesar de ser ele também livre, só garantia o seu convívio por no mínimo oito anos. Nesse sentido, a servidão dava mais garantias de convivência do que a liberdade estipulada em lei. Isso corrobora com a ideia de que a Lei de 1871, simbolizou uma promessa de liberdade que nunca se cumpriu em sua integralidade, pois uma vez que a mãe conseguisse sua própria emancipação, deveria ela se dedicar em prol de obter a emancipação de seu filho nascido de ventre livre⁵⁷.

Isabel Reis, ao enfatizar o quanto um mesmo núcleo familiar poderia reunir estatutos jurídicos distintos, diz: “Assim, [...] a labuta pela liberdade marcou profundamente a experiência de vida dos negros, independentemente do seu estatuto jurídico, pois o que conseguiam libertar-se, com muita frequência, se envolviam no projeto da alforria de familiares e parentes”⁵⁸. A autora identifica um traço do cotidiano de mães e ingênuos e sua eterna condição oscilante entre liberdade e escravidão, uma vez que mesmo após a obtenção de sua liberdade, mães de ingênuos eram ainda obrigadas a reunir forças para livrar seus filhos do ônus da servidão.

Nesse sentido, havemos de pensar a respeito do conceito de liberdade para essa população livre ou liberta, ou melhor, pensar, sobretudo, na qualidade dessa liberdade e de como esta era precária para indivíduos negativamente racializados no período imperial⁵⁹. Ainda que juridicamente esses ingênuos fossem considerados livres, é preciso indagar-se sobre como se dava essa experiência de liberdade estipulada pela lei. As chamadas leis emancipacionistas, como mecanismos que deveriam garantir sua experiência de liberdade, funcionavam como elemento ambíguo, que ora sancionava o poder senhorial, haja vista a forte necessidade de manter a posse sobre a mão de obra, ora começava a traçar os primeiros indícios de uma abolição que logo se daria.

⁵⁷ SANTOS, Lucimar. “Mulheres de Luta: as mães de ingênuos por força da Lei do Ventre Livre”. *Portal Geledés*. 23 de set. de 2020. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/mulheres-de-luta-as-maes-de-ingenuos-por-forca-da-lei-do-ventre-livre/>>. Acesso em 20 de mar. de 2021.

⁵⁸ REIS, Isabel. *A Família Negra no Tempo da Escravidão: Bahia, 1850-1888*. Tese de Doutorado. São Paulo: Universidade Estadual de Campinas, 2007. p. 186.

⁵⁹ LIMA, Henrique. “Sob o domínio da precariedade: escravidão e os significados da liberdade de trabalho no século XIX”. *Topoi*. v. 6, n. 11, jul-dez, 2005, p 311.

1.3. O dispositivo mantenedor da escravidão

Ao entrar no mérito da Lei nº 2.040, no que se refere propriamente ao objeto de pesquisa deste trabalho, é importante pensar em seus diversos caminhos interpretativos. Como um dispositivo que torna possível novos horizontes de liberdades para essa população ainda cativa, sejam mulheres escravizadas em idade fértil ou as parcelas de que se tratam os outros artigos, serve também como dispositivo mantenedor dos moldes graduais que a elite escravista esperava para o projeto de emancipação da população cativa.

Como conceber a vivência desse nascido livre, se não pelas bases da escravidão. O “ingênuo”, como sujeito inserido socialmente sob essa lógica de dominação, simboliza uma parcela de indivíduos que cotidianamente vivenciavam uma situação fronteira entre escravidão e a liberdade, ou como argumenta Henrique Lima, vivenciavam uma liberdade que se dava, sobretudo, envolvida por tensões⁶⁰. A respeito dessa situação fronteira entre escravidão e liberdade, Isabel Reis, ao enfatizar a maneira precária como se estabelece a experiência de liberdade de pessoas escravizadas, considera que “a tônica na vida dos negros alforriados foi a liberdade sem autonomia e cidadania”⁶¹. Dentro dessas perspectivas, é importante ponderar como o processo de emancipação da população cativa nunca previu uma inserção dessas pessoas ao universo de pessoas livres que não estivesse obrigatoriamente atrelada a uma subalternidade obrigatória.

É notável o quanto a infância de um ingênuo em pouco ou nada se difere da infância de uma criança escravizada. Ao dizer isso não me utilizo das concepções contemporâneas a respeito de infância e do que era ser propriamente criança. Digo isso dentro de uma perspectiva em que, o filho de uma mulher escravizada, nascido antes ou depois da Lei de 1871, grosso modo, tinha as mesmas vivências e expectativas de suas mães, sendo eles livres ou escravizados. Cresciam sob uma mesma lógica de escravidão. Muito embora a Lei do Ventre Livre alargue juridicamente as possibilidades de alforria entre a parcela cativa da população, enquanto os considerados ingênuos não chegassem à maioridade e suas mães fossem ainda cativas, não havia como se conceber outra sociabilização para essas crianças se não pensada a partir da lógica da escravidão. Ou como Sidney Chalhoub alude, não há outra forma de se conceber a liberdade de ingênuos, senão por uma liberdade que foi forjada no cativeiro⁶².

⁶⁰ Ibid., p. 311.

⁶¹ REIS, op. Cit., p. 184.

⁶² CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. p. 29.

Katia Mattoso, em seu artigo “O Filho da Escrava”, ilustra bem essa questão ao demonstrar o quanto a Lei nº 2.040, para além de tentar resolver as questões referentes a emancipação, dá à elite escravocrata a segurança necessária para que isso acontecesse sem riscos de desorganização social. Não há uma diferenciação entre os sujeitos escravizados e livres se ambos experienciavam o mesmo ambiente e estão sujeitos ao mesmo domínio senhorial. Não há uma diferenciação clara entre os estatutos jurídicos dessas pessoas se a elas estava arraigada a mesma lógica da escravidão. Sobre isso, Mattoso diz:

Para os seus senhores, somente sua força de trabalho os distingue do resto da escravidão adulta. Sob suas aparências enganadoras, a lei do ventre livre é disto a clara confissão, e a mensagem simbólica do olhar de um corpo social inteiro levanta sobre a criança escrava. A lei do ventre livre é o triunfo das mentalidades antiquadas e perversas⁶³.

Nesse sentido, a Lei nº 2.040, artigo por artigo se constrói de uma maneira em que, apesar de suas premissas emancipatórias, se dá, sobretudo, sobre uma violência institucional e afetiva, servindo a interesses ambíguos e contrastantes. Uma violência que fragmenta os estatutos jurídicos dos corpos de mulheres escravizadas e mais uma vez terceiriza os vínculos afetivos para o domínio senhorial. Veja, não há por que desconsidera a Lei do Ventre Livre como um instrumento de emancipação em sua totalidade, mas é importante ainda ponderar de que maneira ela funcionava. Os instrumentos de emancipação, embora apareçam, acabam se tornando esmaecidos quando postos sob uma análise que friamente percebe o quanto eles se subentendem a outros aspectos.

A título de recapitulação, busquei nessas primeiras páginas evidenciar a letra da Lei do Ventre Livre, quais foram as suas influências e de que maneira ela possibilitava que a população cativa a mobilizasse em prol de suas expectativas de liberdade. Embora tenha se submetido a outros aspectos como a emancipação gradual e o resguardo dos interesses senhoriais, a lei surgiu como uma virada importante em relação à maternidade no contexto das últimas décadas da escravidão. Ao inaugurar o dispositivo de tutela e de indenização pecuniária, levantou uma série de novas disputas nesse cenário de múltiplos sujeitos. Martha Abreu, ao pensar nessa série de implicações, reconhece nesse momento de publicação o seu viés múltiplo, que apesar de resguardar os anseios da elite escravocrata, tinha suas premissas de liberdade. A autora, endossada pela argumentação de Sidney Chalhoub⁶⁴,

⁶³ MATTOSO, Katia. “O filho da escrava: em torno de Lei do Ventre Livre”. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 8, n. 16 (mar/ago. 1988), p. 55.

⁶⁴ CHALHOUB, op. Cit., p. 200.

defende que não há como se conceber a Lei de 1871 por uma visão totalizante. Várias são as interpretações possíveis a esse momento e sobre isso, a historiadora argumenta:

É verdade que nem todos os escravos tiveram acesso a esses direitos, nem à liberdade da marca de “degeneração” e da ameaça de separação de seus familiares por meio da venda. No entanto, em 1871, esses direitos estavam sendo proclamados publicamente.⁶⁵

Desse modo, pensando nas constantes interações entre esses sujeitos, os capítulos subsequentes deste trabalho se constroem indo de encontro ao interior dessas contradições e de como essas mulheres atuavam e se moviam nesse cenário. Ao pensar na forma que a lei era anunciada na província da Bahia e quais as maneiras que ela atingia a população daquela localidade, principalmente mulheres negras escravizadas em idade fértil, dedico-me ao exame da lei, no tocante a figura da mulher escravizada, pensando em como a força da escravidão, mesmo em um contexto de falência, continuava a reverberar sobre suas vivências.

⁶⁵ ABREU, Martha. “Slave Mothers and Freed Children: Emancipation and Female Space in Debates on the ‘Free Womb’ Law, Rio de Janeiro, 1871”. Cambridge University Press: *Journal of Latin American Studies*. v. 28, n. 03, oct. 1996. p 580. Tradução Original: It is true that not all slaves had access to these rights, nor to freedom from the mark of 'degeneracy' and the threat of separation of their families through sale. Nonetheless, in 1871, these rights were being publically proclaimed. As a result, in the heart of the imperial state, slave humanity was affirmed - as was slavery's illegitimacy.

CAPÍTULO II

A “LEI DO ELEMENTO SERVIL” NO COTIDIANO DA PROVÍNCIA DA BAHIA

A Bahia, embora não fosse mais nas décadas de 1870 e 1880 uma grande província escravocrata, e de contar com uma população cativa já reduzida, historicamente não pode ser dissociada da problemática da Lei nº 2.040. Aponta o *Recenseamento Geral do Brasil de 1872* que havia no período uma população total de 1.379.616 pessoas. Dessas, 1.211.792 eram livres ou libertos, e 167.824 eram cativos. Significa dizer que 87,9% da população já não era mais escravizada⁶⁶. Esse fenômeno se explica por um longo e diversificado processo de acesso e fixação na liberdade, o que proporcionou um leque amplo de possibilidades de manumissão, de legar a condição de indivíduo livre a gerações futuras e o dinamismo do tráfico interprovincial de mão de obra escravizada⁶⁷, que se dava, sobretudo, das províncias do norte para as províncias do sul do país⁶⁸.

De acordo com o mesmo censo, a Bahia era uma província bastante populosa, com presença marcante de pessoas negras, sejam livres ou escravizadas. O contingente de pessoas livres, formado por 1.211.792 indivíduos, era composto de 331.479 (27%) pessoas identificadas como brancas, 565.704 (46,6%) identificados como pardos, 264.732 (21,8%) identificados como pretos, e 49.882 (4,1%) identificados como caboclos. Significa dizer que sendo a população livre substancialmente maior que a população cativa, era ainda formada principalmente por pessoas negras, correspondendo a aproximadamente 72,5% do universo de pessoas livres da província.

Sobre a estrutura social da província da Bahia, Adriana Reis defende que havia ali poucas mulheres escravizadas, pois elas eram minoria desde o desembarque daqueles que aportavam em Salvador, sendo as mulheres também mais favorecidas nas concessões de alforria⁶⁹. De modo geral, mulheres e crianças se beneficiavam nas concessões de alforria, pois, conforme dito por Chalhoub, garantir que a mulher fosse livre era assegurar, sobretudo, que a

⁶⁶ BRASIL. *Recenseamento Geral do Brasil de 1872*. Rio de Janeiro. Typografia de G. Leuzinger e Filhos, 1874.

⁶⁷ REIS, Isabel. *A Família Negra no Tempo da Escravidão: Bahia, 1850-1888*. Tese de Doutorado. São Paulo: Universidade Estadual de Campinas, 2007. p. 45, 46.

⁶⁸ *O Monitor* (BA). Edição 54, 06 ago. 1876. p. 01.

⁶⁹ REIS, Adriana. “Mulheres ‘Afro-ascendentes’ na Bahia: gênero, cor e mobilidade social (1780-1830)”. In: FARIAS, Juliana; GOMES, Flávio; XAVIER, Giovana (org.). *Mulheres Negras no Brasil Escravista e do Pós Emancipação*. São Paulo: Selo Negro, 2012. p. 32.

prole também fosse livre⁷⁰. Embora a população livre fosse no período bastante elevada se comparada ao número de cativos, esta era formada majoritariamente por indivíduos negros, que estando no mesmo cenário, interagiam cotidianamente com pessoas ainda escravizadas e se viam também subordinados às “questões servis” – um eufemismo então bastante utilizado para se referir ao cotidiano do escravismo. Como já mencionado, era comum que um mesmo núcleo familiar reunisse pessoas com estatutos jurídicos diferentes⁷¹, algo inclusive institucionalizado por intermédio da Lei nº 2.040, que por meio de seu artigo primeiro tornou livre os filhos nascidos do ventre de mulheres escravizadas⁷².

Embora inserida em um contexto em que a escravidão na província da Bahia era considerada enfraquecida, é ainda importante observar os impactos derradeiros do escravismo sobre a vivência daqueles que compunham a província, e de como o cotidiano da escravidão, apesar de já fragilizado, continuava a ser vigente para aqueles que ainda não experienciavam a liberdade. Tendo isso em vista, e também corroborado pela disponibilidade de um grande volume de registros documentais, optei pela Bahia, a fim de verificar as questões relativas ao “elemento servil” e de como estas, a partir do advento da Lei nº 2.040, alcançavam os sujeitos que constituíam a província.

Ao identificar a maneira que era popularmente evocada na província a simbologia do ventre livre, é possível ver o modo como essa questão se tornou também preocupação comum fora das arenas institucionais. Nas últimas décadas do Oitocentos, havia uma forte agitação social em torno do “elemento servil”, que era fortalecido pela crescente adesão ao movimento abolicionista; enquanto o direito costumeiro, personificado na figura do senhor de escravos, procurava suas formas de resistir. Nesse contexto, escravidão e liberdade como duas forças de oposição impactavam-se mutuamente⁷³.

Na tentativa de chegar a uma análise mais apurada a respeito do fluxo de ideias que circulavam na província da Bahia a respeito da Lei nº 2.040, o uso de fontes do período se mostra promissora. Tendo em vista que registros documentais de caráter jornalísticos são pensadas a fim de reunirem diversos ângulos de perspectiva, unindo discursos oficiais e as

⁷⁰ CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. p. Chalhoub, p. 199.

⁷¹ REIS, Isabel; op. Cit. p. 275.

⁷² BRASIL, Parágrafo 1º do Artigo 1º da Lei n. 2.040, de 28 de setembro de 1871. *Coleção de Leis do Império do Brasil de 1871*. Rio de Janeiro, p. 147, vol. 01.

⁷³ CHALHOUB, Sidney. *A Força da Escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. p. 186.

demandas mais urgentes da população, este capítulo dialogará com uma seleção de textos extraídos do *O Monitor*. Cabe registrar que, na busca por dimensionar a forma como as ideias a respeito do ventre livre circulavam nos veículos de imprensa da província, foi feita uma investigação prévia em periódicos distintos que foram editados na cidade de Salvador entre 1871 e 1888. Numa primeira triagem foram selecionados três jornais, sendo eles: *Correio da Bahia*, *Gazeta da Bahia* e *O Monitor*⁷⁴. Considerando que foi este último que me proporcionou maiores possibilidades de acesso à integralidade de seus volumes, bem como mais dados que atendessem os objetivos deste trabalho, fiz a opção de me limitar ao diálogo com ele.

2.1. Análise do periódico *O Monitor*

O Monitor é um periódico editado na capital da província da Bahia, que foi publicado em 1876 a 1881. Tendo um editorial bastante alinhado aos ideais do Partido Liberal, o jornal frequentemente tecia críticas ferrenhas ao Partido Conservador que, na época tinha a frente do gabinete do império, Luís Alves de Lima e Silva - o Duque de Caxias -; que sucedeu ao Gabinete Rio Branco. O Gabinete Rio Branco, encarregado pela elaboração da Lei nº 2.040⁷⁵, é também responsável por uma das alcunhas a que foram atribuídas à lei. É comum em periódicos que a lei seja também referenciada como “Lei do Elemento Servil”, “Lei do Ventre Livre” ou “Lei Rio Branco”, e nesse periódico em questão, mais frequentemente, utilizava-se “Lei do Elemento Servil”.

Editores e colaboradores do jornal frequentemente se posicionavam sobre as “questões servis” da época, mas seus posicionamentos passavam bem longe do que se poderia ser concebido como abolicionismo radical ou popular no período. As questões relativas à escravidão se ligavam mais ao âmbito econômico, à defesa da propriedade privada e de uma emancipação que inevitavelmente deveria acontecer, mas em um ritmo ditado pelo poder senhorial. O jornal se mostrava abertamente contra as legislações emancipacionistas da época, pois essas partiam diretamente da desorganização da lavoura, que por sua vez partiam também de um processo de desorganização de uma estrutura social permeada pelos moldes da escravidão⁷⁶.

⁷⁴ Os periódicos foram consultados na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, no período de janeiro de 2020 a março de 2021. Disponível em: <bdigital.bn.br/hemeroteca-digital/>

⁷⁵ MENDONÇA, Joseli. Legislação Emancipacionista, 1871 e 1885 In: GOMES, Flávio; SCHWARCZ, Lília. *Dicionário da Escravidão e Liberdade*. São Paulo: Companhia da Letras, 2018. p.277-279.

⁷⁶ GONÇALVES, Aline. “Como Pensar o Elemento Servil: O lugar dos libertos nas expectativas das elites após a emancipação”. *Revista Afro-Ásia*, n. 60, 2019, p. 86-87.

Com um número de páginas bastante enxuto, em seus volumes são noticiados assuntos que buscam dar conta de toda a província da Bahia, bem como de outras partes do Império. Poucos de seus editoriais falam diretamente da maternidade de mulheres escravizadas, bem como de suas experiências de liberdade. Logo em sua edição nº 1, publicada em 1 de junho de 1876, ao tecer uma crítica ao Partido Conservador, o jornal anuncia que, embora suas maiores demandas no momento estivessem atreladas ao sistema representativo, também se posicionaria a respeito de outros temas correntes na província⁷⁷.

Em um de seus editoriais, publicado em 24 de junho de 1876, em sua edição nº 20, em artigo não assinado, *O Monitor* aborda a obra do dramaturgo francês Ernest Legouv  , que em 1849, publicou *História moral das mulheres*. No periódico, reconhece-se a importância social feminina e posiciona-se a favor de sua emancipa  o:

Instruir a mulher, para que ela possa e deva ser boa mãe; conceder-lhe direito que ainda não tem, direitos aliás just  ssimos; eis o pensamento nobre e grandioso do distinto professor francês. [...] Não quero fazer da mulher um homem, mas completar o homem pela mulher. Ela já    muito, bem o sei, mas deve ser ainda muito mais e selo-a, porque a história não mente, porque o progresso    um dogma. Não quero a emancipa  o política da mulher. Quero a sua legítima emancipa  o na família, quero que ela seja admitida    tutela e conselho de família, às prof  ss  es particulares e, no limite das suas qualidades e deveres, às prof  ss  es sociais.⁷⁸

Interessante notar como não há no artigo uma qualifica  o a respeito de qual    a mulher a ser falada. Não    necessário. A imagem da mulher a que se destina essa obra, escrita originalmente na Europa, nada diz sobre as mulheres que me refiro quando penso na problemática deste trabalho. Os moldes de feminilidade do que fora escrito se contrastam fortemente com possibilidades dadas às mulheres negras escravizadas⁷⁹. O uso da palavra emancipa  o para mulheres que em tese já eram juridicamente livres em muito se difere a uma emancipa  o de mulheres que ainda eram escravizadas. Sobre essas mulheres, o editorial nada diz.

Embora se importem do continente europeu ideias emancipatórias relativas as mulheres livres que não fossem negativamente racializadas, não há qualquer indício a respeito de alargar essa emancipa  o para mulheres que fugiam a esse padrão; a exemplo de mulheres livres e

⁷⁷ *O Monitor*, n. 1, 1 jun. 1876, p. 1.

⁷⁸ *O Monitor*, n. 20, 24 jun. 1876, p. 1.

⁷⁹ COWLING, Camélia. "O Fundo de Emancipa  o 'Livro de Ouro' e as Mulheres Escravizadas: gênero, aboli  o e os significados da liberdade na Corte, anos 1880". In: In: FARIAS, Juliana; GOMES, Flávio; XAVIER, Giovana. *Mulheres Negras no Brasil Escravista e do Pós-Emancipa  o*. São Paulo: Selo Negro, 2012, p 220-221.

libertas, que mesmo não sendo mais escravizadas, ainda carregavam em si a marca do cativeiro e os estigmas da racialização, que serviam de lastro para a marginalização das pessoas negras da província⁸⁰.

Ainda no mesmo ano, no n. 52, datado de 4 de agosto de 1876, ao falar sobre o problema do “elemento servil”, reflete a respeito do elemento reprodutor de mulheres que ainda experienciavam a escravidão. Nesse sentido, evidenciava-se, como dito por Maria Helena Machado “a centralidade da mulher escrava, enquanto trabalhadora e reprodutora, na constituição do sistema escravista atlântico”⁸¹. Nas palavras registradas em *O Monitor*:

Ora o governo sabe, como sabe todo mundo, que a maternidade acarreta antes do nascimento perda de serviços, e que pode até ocasionar a morte da mulher: até então esses perigos eram compensados pelo lucro provável da reprodução.

Mas depois da lei todos esses riscos ficam sem indenização: porque a apólice de 600r que o governo dá quando o ingênuo completa oito anos, mal compensa o trabalho e as despesas de sua alimentação⁸².

Dessa forma, embora o periódico se mostre favorável a emancipação do gênero feminino, faz isso sobre uma posição bem localizada racialmente. O trato de questões de gênero no período não pode ser dimensionado sem antes considerar as interdições raciais a que a população negra, sejam cativa ou livre, estava sujeita. A mulher negra, para além dos atravessamentos de gênero que sofria, era também atravessada pelas problemáticas de raça. O artigo, apesar de não anunciar de formas explícitas, é direto sobre a que público se refere. Mãe, mulher, menina e esposa respeitáveis eram papéis e possibilidades sociais que não abrangiam todas as mulheres da província. A exemplo, a mulher cativa não possuía o privilégio de ao menos cogitar ser vista exclusivamente como mãe ou esposa. Acima de tudo, ela era cativa, suas atribuições em nada se resumiam ao cuidado do lar e de seus filhos. Maria Helena Machado ao indagar a respeito do dispositivo materno no tocante à escravidão diz:

Para as mulheres, ser esposa e ser mãe podia implicar desafios consideráveis, além dos riscos inerentes à gravidez, maternidade, lactação e criação de filhos/as sob o jugo da escravidão. Casamento e reprodução pressupunham cumprir uma dupla jornada de trabalho e submeter-se a uma dupla sujeição – ao senhor e ao marido. Para enfocarmos o papel da maternidade na escravidão, devemos, assim, considerar o fato de que homens

⁸⁰ Ibid., p. 224.

⁸¹ MACHADO, Maria. “Mulher, Corpo e Maternidade”. In: GOMES, Flávio; SCHWARCZ, Lília (org). *Dicionário da Escravidão e Liberdade*. São Paulo: Companhia da Letras, 2018. p. 335.

⁸² *O Monitor*, n. 52, 04 ago. 1876. p. 01.

e mulheres escravizados experienciavam o sistema a partir de lugares distintos, sendo submetidos a diferentes níveis de opressão⁸³.

De forma geral, o papel social feminino na sociedade baiana no período, não pode ser concebido sem antes se atentar as problemáticas de raça. Ainda que categorias sociais não devam ser analisadas de forma engessada, usando-as puramente como ferramentas de quantificação, é necessário atentar aos seus detalhes. Ser uma mulher negra, cativa ou liberta, no período era estar sujeita às diversas interdições que a escravidão e os estigmas da racialização acarretava. Assim, a construção social da simbologia da imagem feminina, muito embora seja evocada constantemente como pertencente a um pacote de atribuições morais, funcionava sobre um silêncio naturalizado que colocava mulheres negras a margem do “feminino”.

Mais à frente, ao concentrar-se propriamente sobre a discussão da “Lei do Elemento Servil”, o periódico evoca as diversas facetas da lei. A chamada desorganização que anuncia *O Monitor* parte de uma premissa não só da propriedade privada, mas do poder senhorial. A desorganização do trabalho à qual o jornal se refere, não era só uma desordem econômica, mas uma transformação social. Havia uma preocupação notável sobre uma ordem senhorial que poderia vir a se desorganizar, apoiada numa estrutura social substancialmente apoiada no escravismo.

De tal sorte, argumenta-se no periódico:

A lei de 28 de setembro não decretou somente a liberdade do ventre: tomou outras disposições, que facilitaram extraordinariamente as alforrias.

Em consequência destas disposições e do desenvolvimento que tomou entre nós o espírito emancipador, quebram todos os dias os escravos as cadeias de sua misera condição.

Basta ler os periódicos que nos chegam de toda parte, ou acompanhar o andamento dos tribunais: ora são as alforrias obtidas judicialmente por um preço muito modico, ora são as liberdades concedidas gratuitamente, com especialidade nas verbas testamentárias.

É um bem sob o ponto de vista cristão e humanitário essa concessão de alforrias: mas é incontestavelmente um mal sob o ponto de vista econômico a perda que destes braços sofre a lavoura.

A ideia humanitária que a lei desenvolveu compensa porém a catástrofe econômica por ela produzida?

Examinai-o-hermos depois⁸⁴.

⁸³ MACHADO, op. Cit., p. 334-335.

⁸⁴ *O Monitor*, n. 52, 04 ago. 1876. p. 01.

Em um editorial nomeado de “A Educação dos ingênuos”, publicado em 25 de janeiro de 1877, na edição nº 191, *O Monitor* versa a respeito da liberdade que foi instituída aos ingênuos por força da Lei nº 2.040. O periódico elucida que a liberdade que foi oferecida a esses ingênuos não poderia ser bem desfrutada sem antes preparar essas pessoas para ingressarem no universo de pessoas livres, liberdade essa que só seria capaz de ser exercida dignamente “pela moralidade e pelo trabalho”⁸⁵. A ociosidade de pessoas negras, livres ou escravizadas era preocupação pública, e com muita frequência eram noticiados no *O Monitor* a prisão de pessoas negras, sejam elas livres ou escravizadas, acusadas do crime de “vadiagem” ou “ociosidade”⁸⁶.

Assim, o conceito de “liberdade” que informava o periódico, não era uma liberdade que equipararia essas pessoas aos ditos “cidadãos”, mas uma “liberdade” que os impediria de desenvolverem vícios, pois no mesmo editorial se chamava atenção para os ‘hábitos e vícios da escravidão’ que essas pessoas, libertas em virtude da lei de 1871, poderiam vir a herdar:

O maior bem que uma nação pode oferecer a seus filhos não é dizer-lhe – sois livres, se não lhes ensina o que é a liberdade, se não lhes cultiva o espírito e aperfeiçoa-lhes o coração, despertando-lhes os nobres instintos e os generosos sentimentos, tornando-os capazes, pela moralidade e pelo trabalho, da conquista de sua felicidade e do concurso para a felicidade.

[...] D’ahi resultará que no fim de 21 anos, quando o ingênuo libertar-se da prestação de serviços, não passará de uma verdadeira máquina de trabalho grosseiro, e sem ideias e sem luzes, sem uma profissão definida, sem consciência de seus deveres e direitos, ignorante e rude entrará na sociedade, trazendo todos os vícios e hábitos da escravidão, onde nasceu e cresceu, tratado e dirigido como verdadeiro escravo⁸⁷.

No editorial “O Fundo de emancipação”, publicado em 9 de novembro de 1880, na edição nº 128, *O Monitor* se posicionou a respeito do artigo três da Lei de 1871, que instituiu o fundo de emancipação. Apesar do periódico considerar a lei de 1871 “incompleta e tímida”, é evidenciado o quanto ela simbolizou a encarnação do pensamento abolicionista em instrumento jurídico, de uma forma que não perturbou a ordem pública. No mesmo texto é ressaltado que a propaganda da emancipação se tornava irresistível, evidenciando também o quanto no período o governo tentava resistir a esse movimento abolicionista que principalmente no início da década de 1880, se fortalecia:

⁸⁵ COWLING, Camillia. “O Fundo de Emancipação ‘Livro de Ouro’ e as Mulheres Escravizadas: gênero, abolição e os significados da liberdade na Corte, anos 1880”. In: FARIAS, Juliana; GOMES, Flávio; XAVIER, Giovana. *Mulheres Negras no Brasil Escravista e do Pós-Emancipação*. São Paulo: Selo Negro, 2012, p. 220.

⁸⁶ Ver, entre outros, *O Monitor* (BA): Edição 15, 18, jun. 1878, p. 01., e edição 24, 01 jul. 1876, p. 01.

⁸⁷ *O Monitor*, n. 191, 25 jan. 1877. p. 01.

Sabe-se o que foi a lei de 28 de setembro de 1871: lei incompleta e tímida, que fiava do tempo a solução do problema social, sem contar com o impulso que em seu caminho recebem as ideias.

Esta lei, porém [ILEGÍVEL] prestado relevantes serviços, e um deles era mostrar que o pensamento abolicionista podia encarnar-se na legislação do país sem perturbações da ordem pública.[...] Se a propaganda da emancipação é irresistível; se todos os dias vai ganhando mais terreno; se a resistência e a má vontade do governo não consegue senão exaltá-la ainda mais, é fora de contestação que tudo que faz o governo para retardar o momento em que se diga – Não há mais escravos no Brasil, servirá apenas para tornar mais funesta a passagem do trabalho livre para o trabalho escravo⁸⁸.

Sobre o fundo de emancipação, Camillia Cowling argumenta que o fortalecimento do movimento abolicionista deu origem a diversos fundos de emancipações locais, que priorizavam, sobretudo, a liberdade de mulheres com filhos ou as mulheres jovens. Algo que se liga pelo que foi defendido por Sidney Chalhoub, ao argumentar que através da alforria de mulheres, se garantia que os filhos que ela tivesse seriam também livres. Nesse sentido, os autores, sob perspectivas diferentes, dialogam a respeito de como o ato de alforriar-se, seja por meio do fundo de emancipação, seja por força dos próprios escravizados, no geral, atendia mais às mulheres, pois a partir de suas emancipações, se garantia que suas gerações subsequentes seriam também livres. Camilla Cowling ainda evidencia o quanto a alforria de mulheres não foi algo mobilizado apenas pelos adeptos do movimento abolicionista e pelo fundo de emancipação, mas algo que mulheres escravizadas frequentemente mobilizavam em prol de suas demandas de liberdade. Sobre isso, diz:

Ademais, as próprias mulheres sempre se destacaram na luta pela manumissão de seus filhos, seja poupando dinheiro para libertá-los, seja reivindicando a liberdade deles por intermédio de processos legais nos tribunais. Para assegurar que as provisões legais fossem cumpridas na prática, a própria “Lei do Ventre Livre” de 1871 dependia, em boa medida, das iniciativas legais ou pessoais das mães de filhos nascidos “livres”⁸⁹.

Nesse sentido, as diversas categorias sociais existentes no período, tais como “ingênuos”, “africanos”, “libertos” e “livres” não podem ser tomadas como pertencentes a uma mesma massa homogênea de experiências de liberdade. Flávio Gomes e Olivia da Cunha, ao lançarem um olhar a respeito do processo de emancipação e de que maneira o seu desenrolar se deu sobre um ritmo particular em cada parte do país, sintetizam em poucas palavras “a natureza

⁸⁸ *O Monitor*, n. 128, 09 nov. 1880. p. 01.

⁸⁹ COWLING, Camilla. “O Fundo de Emancipação ‘Livro de Ouro’ e as Mulheres Escravizadas: Gênero, Abolição e os Significados da Liberdade na Corte, Anos 1880” In: FARIAS, Juliana; GOMES, Flávio; XAVIER, Giovana. *Mulheres Negras no Brasil Escravista e do Pós-Emancipação*. São Paulo: Selo Negro, 2012, p. 216.

tênue, provisória e múltipla da liberdade”⁹⁰. O “pós-emancipação”, como preferem os autores, como experiência heterogênea, foi influenciado diretamente por essas experiências de liberdade que se construíram de uma forma precarizada, oscilante entre a liberdade plena e a sujeição senhorial. Ainda em suas palavras:

Em muitos casos, a liberdade não significou o avesso da escravidão. Em outros, a sujeição, a subordinação e a desumanização, que davam inteligibilidade à experiência do cativo, foram requalificadas num contexto posterior ao término formal da escravidão, no qual as relações de trabalho, de hierarquia e de poder abrigaram identidades sociais se não idênticas, similares aquelas que determinada historiografia qualificou como exclusivas ou características das relações senhor-escravo⁹¹.

De tal sorte, a “Lei do Elemento Servil”, ao tentar sancionar em um só dispositivo as questões humanitárias e do poder senhorial, acabou por pouco alterar a sociabilidade dessas pessoas. Ainda no período anterior ao chamado “pós-abolição”, os dispositivos ditos emancipacionistas não trabalhavam com a posterioridade da obtenção de liberdade. Nesse sentido, os ditos “ingênuos”, em conjunto com suas mães, como pessoas prestes a serem inseridas no universo de pessoas livres, carregavam em si a multiplicidade dessas experiências que foram inauguradas com esse dispositivo de lei.

Embora o jornal não se posicione diretamente sobre temas referentes a maternidade e feminilidades de pessoas ainda escravizadas, seus editoriais sobre a questão do “elemento servil” e todas as suas problemáticas envoltas, acabam por deixar subentendidos algumas das opiniões a respeito desse tema. Assim, ainda que *O Monitor* não fale explicitamente ao objeto desse trabalho, em suas nuances é perceptível a maneira como as experiências envolvidas a feminilidade, a exemplo da maternidade, são evocadas de formas bastantes distintas quando tratados sobre a problemática racial e de classe. Por meio desses editoriais é possível reconhecer em partes, como circulavam essas ideias pela província, e quais as formas que a imagem da mãe escravizada de filho livre era concebida.

2.2. O elemento reprodutor feminino e suas atribuições

Isabel Reis, ao falar a respeito desse contexto emancipacionista, estabelece em sua argumentação que esse processo não se deu acompanhado de um plano de integração diante da

⁹⁰ GOMES, Flávio; CUNHA, Olívia. “Que cidadão? Retóricas da igualdade, cotidiano da diferença” In: GOMES, Flávio; CUNHA, Olívia (orgs). *Quase-cidadão: Histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007. p. 14.

⁹¹ Ibid., p. 11.

sociedade que já era livre. A discussão a respeito do “elemento servil”, em um momento em que já havia um senso comum que logo a escravidão terminaria, não se dava em conjunto à elaboração de um projeto de participação igualitária de fato dessas pessoas no universo de liberdade. Quais as possibilidades reais que poderiam ser ofertadas a essas pessoas? O que significava, na prática, essa promessa de liberdade? Como comentário de Isabel Reis:

A história desta família se assemelha a de tantas outras famílias negras nas últimas décadas da escravidão brasileira, que com muito esforço, conseguiram alcançar a liberdade, e o que se seguiu foi a mais extrema falta de recursos e de oportunidade para melhorar suas vidas, pois a tônica na vida dos negros alforriados foi a liberdade sem cidadania.

[...] Ademais, a política emancipacionista brasileira se pautou, sobretudo, em criar formas de tutelar ou controlar a vida dos libertos, buscando garantir a continuidade da exploração da sua mão-de-obra sem maiores ônus. Em suma, “africanos livres”, “ingênuos”, “sexagenários” e libertos em geral, não conseguiram ter garantidos os seus direitos enquanto cidadãos deste lugar⁹².

É sobre esse medo constante, essa ameaça de desagregação a que me refiro primordialmente, quando penso, sobretudo, em mulheres que vivenciavam essa insegurança permanentemente, tal como uma mácula incurável⁹³. Embora o Decreto nº 1.695 e a Lei nº 2.040, estabelecessem tentativas de frear essas desagregações, esses dois dispositivos em conjunto não garantiam a conservação de vínculos familiares, tampouco estabeleciam formas reais de proteger essas famílias⁹⁴. Isabel Reis, apesar de estar se referindo a um caso bem específico, consegue sintetizar em poucas linhas o problema de uma emancipação que em nada altera a sociabilidade dessas pessoas, que mesmo não sendo mais cativas juridicamente, continuavam estruturalmente subordinadas a uma sociedade que pouco tinha a lhes oferecer.

A respeito da mesma lei, Maria Helena Machado argumenta que, embora a Lei de 1871 tivesse uma premissa de manter os laços afetivos entre mães, filhos e filhas, sublinhava a separação entre eles ao colocar sobre os senhores a autoridade parental que, naturalmente, deveria ser exercida por suas mães. A autora chama atenção para o quanto mulheres escravizadas resistiram a esses empecilhos, desempenhando resistências em suas diversas formas: “Para as mulheres escravizadas, ser mãe engendrava situações altamente dúbias, nas

⁹² REIS, Isabel. *A Família Negra no Tempo da Escravidão: Bahia, 1850-1888*. Tese de Doutorado. São Paulo: Universidade Estadual de Campinas, 2007. p. 25 e 30.

⁹³ CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. p. 307.

⁹⁴ ARIZA, Marília. “Crianças / Ventre Livre”. In: GOMES, Flávio; SCHWARCZ, Lília. *Dicionário da Escravidão e Liberdade*. São Paulo: Companhia da Letras, 2018. p. 172.

quais as alegrias da maternidade vinham misturadas ao medo dos maus-tratos, da separação e de outras dificuldades que causariam sofrimento à criança⁹⁵”.

No que se refere a experiência de maternidade e de tudo o que era mobilizado para qualificar efetivamente o ser mãe, é importante destacar que muitas mulheres escravizadas foram impedidas até mesmo de criar os seus rebentos e de conviver com eles. Aqui, refiro-me ao colonialismo violento que rompe com os laços afetivos entre mães e seus filhos, e veem mulheres colonizadas apenas como potencial reprodutor. O ventre feminino, além de ser parte desse corpo, servia, sobretudo aos anseios econômicos para com a reprodução de força de trabalho. Para os filhos de mulheres negativamente racializadas, o aleitamento materno era um não lugar, um lugar de não pertencimento.

Dessa forma, pensar no ventre da mulher escravizada é um exercício de mobilização de memória ligada à violência a que foram sujeitas essas mulheres, desde o momento em que para elas havia uma obrigação dupla: por um lado, dar conta de suas obrigações laborais e, por outro, reproduzir e gerar uma nova fonte de trabalho. No contexto sobre o qual no debruçamos, isso ainda se dava em um momento em que, por decorrência da Lei Eusébio de Queiroz, que endureceu e deu fim ao tráfico de africanos trazidos ao Brasil, a escravidão brasileira sobrevivia apenas por meio da população nascida no Brasil.

A partir disso, Martha Santos, em seu artigo “*Slave Mothers, Partus Sequitur Ventrem, and the Naturalization of Slave Reproduction in Nineteenth-Century Brazil*”, trabalha uma argumentação que evidencia o quanto a mulher escravizada, para além de ser responsável por desempenhar suas funções dentro da máquina escravista, era também responsável por mantê-la funcionando.

Alguns historiadores se concentraram na reprodução de escravos como parte de um debate sobre se a formação de “famílias de escravos” pode ser vista como prova da capacidade dos escravos de resistir à natureza opressora da escravidão ou do poder dos senhores de dominar sua propriedade humana. No entanto, em geral, esta literatura não questionou se a política de dominação sobre as “famílias escravas” incluía formas específicas de gênero de subordinação das mulheres escravizadas e seus corpos reprodutivos. Ainda mais amplamente, a academia omitiu uma análise dos significados e usos da reprodução feminina escrava na própria definição da escravidão⁹⁶.

⁹⁵ MACHADO, Maria. “Mulher, Corpo e Maternidade”. In: GOMES, Flávio; SCHWARCZ, Lília. *Dicionário da Escravidão e Liberdade*. São Paulo: Companhia da Letras, 2018. p. 339.

⁹⁶ SANTOS, Martha. “Slave Mothers’, Partus Sequitur Ventrem, and the Naturalization of Slave Reproduction in Nineteenth-Century Brazil. *Tempo*. Vol. 22. n. 41. p. 467-487, set-dez 2016. p. 3. Texto original: Some historians have focused on slave reproduction as part of a debate on whether the formation of “slave families” can be seen as proof either of the slaves’ ability to resist the oppressive nature of bondage or the masters’ power to dominate their human property. Nevertheless, on the whole, this literature has not interrogated whether the politics of

Assim, além de lidarem com a violência da escravidão, dentro da própria instituição, precisavam lidar ainda com a violência de gênero. Nesse sentido, a Lei do Ventre Livre é forte aliada, uma vez que parte de uma alienação entre a mulher e seu ingênuo e entre a mulher e seu próprio ventre. Sobre isso, a autora diz:

A centralidade da reprodução das mulheres escravizadas para a perpetuação da escravidão também é evidente na implantação dos proprietários de escravos e juristas do princípio *partus sequitur ventrem* como a justificativa legal final do direito contínuo dos proprietários de escravos de possuir propriedade humana e seus descendentes. Mas, se as capacidades reprodutivas das mulheres escravizadas estavam no cerne de um argumento que legitimou a escravidão hereditária, elas também foram centrais para aqueles que conceberam um meio gradual e controlado de acabar com a escravidão. Em particular, Perdigão Malheiro - jurista que também representava a classe escravista - elaborou um argumento abolicionista que girava em torno da demonstração de que o *partus sequitur ventrem* proporcionava o ordenamento jurídico da prática da escravidão para defender sua reversão jurídica⁹⁷.

Na passagem em questão, a autora levanta uma discussão pautada em dispositivos de gêneros, inscritos na lógica da escravidão e levanta um ponto relevante sobre a maneira como mulheres escravizadas, para além de serem usadas como instrumento de trabalho em um momento em que a escravidão no Brasil padecia, eram instrumento também de perpetuidade e abastecimento. Muito embora a Lei do Ventre Livre tenha anunciado o rompimento com essa lógica de reprodução feminina enquanto abastecedora da mão de obra escravizada, ela não rompe ainda com a lógica paternalista de domínio senhorial dessa população. Em um momento em que no Brasil se procuravam formas de incutir a ideia de passagem do trabalho escravizado para o trabalho livre, a lei, em contrário, oferecia as bases para que essa passagem não acontecesse de fato, visto que embora se mudasse o estatuto jurídico dos ingênuos, a lógica da escravidão e dominação ainda permanecia. Mesmo livres, aquelas pessoas continuavam a estar subjugadas a esses senhores, ainda que como trabalhadores livres.

Dentro disso, cabe pensar a maneira como a reprodução feminina dentro da lógica da escravidão, atendia a interesses múltiplos, principalmente após o fim do tráfico através do

domination over “slave families” included gender-specific forms of subordination of enslaved women and their reproductive bodies. Even more broadly, the scholarship has omitted an analysis of the meanings and uses of female slave reproduction in the definition of slavery itself.

⁹⁷ Ibid., p. 5. Texto original: The centrality of enslaved women’s reproduction to the perpetuation of slavery is also evident in slave owners’ and jurists’ deployment of the principle *partus sequitur ventrem* as the ultimate legal justification of the continuous right of slaveholders to possess human property and their descendants. But, if enslaved women’s reproductive capacities were at the heart of an argument that legitimized hereditary slavery, they were also central for those who devised a gradual and controlled means to end slavery.

Atlântico. Nesse contexto operava, portanto, uma violência simbólica que se destinou para a população escravizada feminina, em um momento em que havia uma crescente preocupação em tornar a população cativa brasileira capaz de se reproduzir. O periódico *O Monitor*, ao ilustrar a forma que circulavam essas ideias na província da Bahia, mostrava de que maneira essas questões referentes ao “elemento servil” eram recorrentes. Assim, a experiência de maternidade de mulheres negras escravizadas e as ideias referentes à libertação de seus ventres não foram discutidas de modo em que a singularidade dessas experiências fosse considerada como vinculada à liberdade de seus filhos.

A maneira que circulavam pela província as ideias sobre a simbologia do ventre livre e dos diferentes sentidos de emancipação, destoantes entre os diversos sujeitos constituintes da sociedade baiana no período, demonstra o modo como mulheres escravizadas em idade fértil, foram fortemente impedidas de experiências tidas como naturais e intimamente ligadas ao “feminino”, como a maternidade. Os editoriais selecionados, ao construírem um cenário em que escravidão e liberdade surgem enquanto faces opostos e não dissociáveis, evidenciam a multiplicidade de sentidos que a palavra emancipação carregava⁹⁸. Ao passo que para a parcela de mulheres identificadas como brancas da província, já começavam a ser pensadas formas de inclui-las em locais antes inalcançáveis, para o contingente de mulheres negras, sejam elas livres ou ainda escravizadas; ainda não havia muito a se dizer.

⁹⁸ CHALHOUB, Sidney. *A Força da Escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. p. 186.

CAPÍTULO III

O CENÁRIO PECULIAR DA FREGUESIA DA CONCEIÇÃO DA PRAIA

Por meio da Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871, foi instituída a liberdade do ventre de mulheres que estavam submetidas ao escravismo, emancipando a partir de sua data de promulgação todos aqueles que nascessem. Embora o ventre materno fosse a simbologia principal da lei e responsável por uma das alcunhas que ela recebeu, as relações que por meio dele se davam, ou seja, os vínculos existentes entre mães escravizadas e seus filhos, eram aspectos pouco tocados antes de sua publicação.

Marília Ariza, ao refletir sobre os filhos de mulheres escravizadas, alude como estes eram “personagens fugidios da história” e atribui à Lei de 1871 a importância de ter inserido essa parcela da população em posição de evidência. A autora destaca como a Lei de 1871 foi responsável por evidenciar a relação entre mãe e filho que estavam inseridos no contexto da escravidão, e abre um parêntese a respeito de como as relações entre esses dois sujeitos passaram a estar mais presentes nos diversos aspectos de discussão, seja na esfera parlamentar, seja nos periódicos que circulavam. A respeito disso, diz:

Daí em diante, crianças que até então ficavam de escanteio nas páginas dos registros oficiais passaram a ocupar lugar de destaque na agenda política. No centro do debate sobre a emancipação gradual, a infância escrava ganhou espaço nos jornais, nos debates legislativos e nas ações cívicas⁹⁹.

Antes de refletir sobre as dimensões do que aconteceu após a promulgação da lei, pensando como essa legislação atuou sobre mulheres e seus rebentos, faz-se necessário reconhecer o espaço de mulheres escravizadas em determinadas narrativas do período, sobretudo, no tocante às expectativas em torno da liberdade do ventre. A lei, que poderia servir para garantir a essas mulheres um maior acesso à liberdade, em vez disso, representou um gesto de fragmentação de seus corpos. Emancipando apenas o ventre, e os seus rebentos deles nascidos, sob a premissa de *partus sequitur ventrem*, a lei seguiu deixando mulheres escravizadas em larga medida vulneráveis ao escravismo. A respeito dessa vulnerabilidade, Ariza ressalta como a lei age na vivência dessas mulheres ao comentar que: “Na prática, apesar de assinalar o fim inescapável da escravidão que perdia definitivamente seus meios de reprodução, a lei teve o efeito de prolongá-la até o limite das possibilidades”¹⁰⁰.

⁹⁹ ARIZA, Marília. “Crianças/ Ventre Livre”. In: GOMES, Flávio; SCHWARCZ, Lília. *Dicionário da Escravidão e Liberdade*. São Paulo: Companhia da Letras, 2018. p. 169.

¹⁰⁰ Ibid., p. 174.

Assim, diante da infinidade de histórias que remetem à relação entre mães escravizadas e filhos identificados como ingênuos, identifiquei, a partir das informações contidas nos registros de batismos da freguesia da Conceição da Praia, em Salvador, na província da Bahia, características recorrentes de mulheres escravizadas em idade fértil; a fim de levantar elementos para algumas reflexões em relação ao período final da escravidão. Considerando que registros de batismos são fontes que possibilitam o reconhecimento da existência de relações maternas, optei pelo uso dessas fontes, visando traçar de que forma a partir da análise do registro de nascimentos de ingênuos é possível enxergar esse grupo de mulheres.

Identificando tendências registradas nesses assentos, foi possível levantar algumas reflexões sobre a maneira como a lei atua sobre as mulheres da província da Bahia e quais os quantitativos referentes ao batismo de ingênuos. Afinal, esse dispositivo atuou de maneira significativa sobre as mulheres dessa província, visto que no período a que me refiro cerca de 87,84% da população da província da Bahia já era juridicamente considerada livre¹⁰¹? De fato, isso diminui as margens de reflexões, mas não as impede de serem consideradas.

Esse número bastante restrito relativo ao quantitativo da população cativa é sintoma de algo que ultrapassa os limites da província da Bahia. Sobre essa diminuição generalizada da população escravizada, Hebe Mattos salienta que àquela altura do século XIX: “Não se deve perder de vista que os escravos formavam geralmente uma minoria, em meio a uma população livre multiétnica e em grande parte composta de descendentes de africanos”¹⁰². O processo de diminuição da população cativa, embora alavancado pelos dispositivos de emancipação, como a Lei de 1871, estava inserido em um contexto de enfraquecimento da instituição da escravidão que permeou todo o século XIX, que antes mesmo da lei que libertou o ventre materno já era em grande parte formada por livres e libertos.

Diante dessas interrogações, pensando em reconhecer histórias e pessoas inseridas no contexto de execução da Lei de 1871, analiso neste capítulo os dados disponíveis em assentos de batismo, a fim de dar nomes aos sujeitos envolvidos aos casos emblemáticos, evidenciando suas existências. Apesar de não falarem diretamente nas fontes trabalhadas, esses diversos sujeitos eram afetados pelas disposições da nova lei emancipacionista, que de forma direta agia sobre os vínculos familiares em que estavam envolvidos mães, filhas e filhos. Diante da

¹⁰¹ Na província da Bahia os considerados livres ou libertos eram 1.211.792, ou 87,84% da população, enquanto os identificados como cativos eram 167.824, ou 12,16%; que perfaziam um total de 1.379.616 pessoas.

¹⁰² MATTOS, Hebe. *Laços de Família e Direitos no Final da Escravidão*. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de; NOVAIS, Fernando (org.). *História da Vida Privada no Brasil* - vol. II. São Paulo: Companhia de Bolso, 2019. p. 301.

impossibilidade de dar conta dos registros de ingênuos de toda a província ou mesmo de toda a cidade de Salvador, optei por fazer um exercício a partir das informações relativas à freguesia urbana da Nossa Senhora da Conceição da Praia, localizada na capital baiana.

3.1 A freguesia da Conceição da Praia

A freguesia da Conceição da Praia, uma das mais antigas freguesias urbanas da cidade de Salvador, situa-se bem ao centro da cidade, localizada na Rua da Conceição da Praia, no bairro do Comércio, na chamada Cidade Baixa. Essa região, já em séculos anteriores ao XIX, abrigava boa parte das atividades comerciais dos centros urbanos de Salvador, que apesar de envolto a um processo de urbanização ainda embrionária já apresentava áreas comerciais bem demarcadas¹⁰³.

Carlos Eugênio Líbano Soares, interessado sobre dinâmicas do século XVIII, aponta para o “caráter central da freguesia da Conceição da Praia: a porta de entrada do trato negreiro, e ponto nevrálgico do comércio de rua, dominado por escravos de ganho” e afirma que a “Conceição da Praia era a área por excelência da presença escravizada na cidade, até pela natureza de suas atividades econômicas fundamentais”¹⁰⁴. Embora o século XIX tenha assistido a uma série de transformações nas dinâmicas do escravismo na cidade de Salvador, a começar pela interrupção da chegada de novas levas de gente cativa via tráfico transatlântico por esse local de costume, em especial após 1831, a freguesia da Conceição da Praia não teve seu cotidiano esvaziado mesmo às vésperas da abolição. Assim, apesar desse outro contexto diferente do observado por Líbano Soares, em um momento em que houve uma diminuição da mão de obra escravizada, o que se observa é uma constância a respeito da presença negra nessa região, como uma característica marcante desse local.

Colocando em números, segundo o *Recenseamento Geral do Brasil de 1872*, a Conceição da Praia era no período uma das freguesias da cidade de Salvador com maior porcentagem de pessoas escravizadas, com cerca de 20,95% de sua população juridicamente considerada cativa. Em contraponto, freguesias próximas como Santíssimo Sacramento do Pilar (10,89%), Santo Antônio além do Carmo (6,68%), São Pedro Velho (15,91%) e São Salvador (13,89%) apresentavam índices baixos referentes ao número de indivíduos cativos em suas

¹⁰³ SOARES, Carlos. “Sacramento ao Pé do Mar: batismo de africanos na freguesia da Conceição da Praia, Bahia. 1700-1751”. *Revista de História Comparada*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, 2013, p. 61.

¹⁰⁴ *Ibid.*, 48 e p. 51.

regiões. Esses índices, aliás, aproximavam-se mais do quantitativo geral da província da Bahia, que contava na época com uma porcentagem de 12,26% de sua população escravizada. De tal sorte, a marca de quase 21% parece reforçar a leitura de que a freguesia da Conceição da Praia seguia sendo um cenário peculiar, sobretudo diante do interesse de se observar as dinâmicas de preservação de relações escravistas em Salvador.

Tabela 1 - Quadro geral da população livre e escravizada¹⁰⁵ da cidade de Salvador, Bahia.

Freguesia	Livres		Escravizados		Total
		%		%	
S. Salvador (Sé)	1301	86,13	2098	13,89	1510
S. Pedro Velho	1239	84,09	2346	15,91	1474
S. Sacramento e Sant'Anna	1749	97,22	460	2,56	1799
N. S. da Conceição da Praia	4340	79,05	1150	20,95	5490
N. S. da Victoria	9428	80,82	2238	19,18	1166
S. Sacramento da Rua do Passo	3198	87,95	438	12,05	3636
S. Sacramento do Pilar	7437	89,11	909	10,89	8346
S. Antônio Além do Carmo	1550	93,32	1110	6,68	1661
N. S. das Brotas	4496	88,33	594	11,67	5090
N. S. dos Mares	3578	96,13	144	3,87	3722
N. S. da Penha de Itapagipe	4753	82,42	1014	17,58	5767
N. S. da Conceição de Itapoã	4281	86,75	654	13,25	4935
S. Bartolomeu de Pirajá	2536	88,58	327	11,42	2863
S. Miguel de Cotegipe	1752	85,38	300	14,62	2052
N. S. do Ó de Paripe	2252	72,50	854	27,50	3106
N. S. da Piedade de Matuim	1433	58,59	1013	41,41	2446
Sant'Anna da Ilha de Maré	949	84,43	175	15,57	1124
N. S. da Encarnação de Passe	3799	85,51	644	14,49	4443

Fonte: BRASIL. *Recenseamento Geral do Brazil de 1872*. Rio de Janeiro. Typografia de G. Leuzinger e Filhos, 1874.

Ademais, a Conceição da Praia também contava com um quantitativo expressivo de pessoas escravizadas que estavam em uniões matrimoniais legitimadas. No que se refere aos homens arrolados nessa freguesia, 135 (32,53%) foram identificados como casados ou viúvos, enquanto as mulheres 135 (18,37%) foram identificadas como casadas ou viúvas. Em comparação a freguesias já citadas, observa-se que os homens casados ou viúvos de Sacramento

¹⁰⁵ No *Recenseamento Geral do Brazil de 1872*, utiliza-se as palavras “escravo” e “escravas” para agrupar os dados referentes às pessoas escravizadas.

do Pilar eram 113 (23,06%) e as mulheres casadas ou viúvas eram 114 (27,21%); em Além do Carmo os homens eram 86 (16,70%) e as mulheres eram 71 (11,97%); em São Pedro Velho os homens eram 66 (5,89%), enquanto as mulheres eram 58 (4,73%); e por fim, em São Salvador os homens eram 110 (9,95%) e as mulheres eram 104 (10,47%).

Tabela 2 – Quadro geral da população escravizada em relação ao estado civil na cidade de Salvador, Bahia.

Freguesia	Homens				Mulheres			
	Solteiros		Casados/Viúvos		Solteiras		Casadas/ Viúvas	
		%		%		%		%
S. Salvador (Sé)	995	90,05	110	9,95	889	89,53	104	10,47
S. Pedro Velho	1055	94,11	66	5,89	1167	95,27	58	4,73
S. Sacramento e Sant'Anna	246	83,11	50	16,89	119	72,56	45	27,44
N. S. da Conceição da Praia	280	67,47	135	32,53	600	81,63	135	18,37
N. S. da Victoria	919	92,92	70	7,08	1168	93,51	81	6,49
S. Sacramento da Rua do Passo	184	87,62	26	12,38	214	93,86	14	6,14
S. Sacramento do Pilar	377	76,94	113	23,06	305	72,79	114	27,21
S. Antonio Além do Carmo	429	83,30	86	16,70	524	88,07	71	11,97
N. S. das Brotas	220	69,40	97	30,60	150	54,15	127	45,85
N. S. dos Mares	46	54,76	38	45,24	32	53,33	28	46,67
N. S. da Penha de Itapagipe	490	90,24	53	9,76	487	93,47	34	6,53
N. S. da Conceição de Itapoã	246	91,11	24	8,89	356	92,71	28	7,29
S. Bartolomeu de Pirajá	65	95,93	7	4,07	146	94,19	9	5,81
S. Miguel de Cotegipe	90	50,00	90	50,00	81	67,50	39	32,50
N. S. do Ó de Paripe	409	83,81	79	16,19	314	85,79	52	14,21
N. S. da Piedade de Matuim	386	86,94	58	13,06	534	93,52	37	6,48
Sant'Anna da Ilha de Maré	54	56,84	41	43,16	36	46,15	42	53,85
N. S. da Encarnação de Passe	399	85,99	65	14,01	90	50	90	50

Fonte: BRASIL. *Recenseamento Geral do Brazil de 1872*. Rio de Janeiro. Typografia de G. Leuzinger e Filhos, 1874.

Assim, os registros referentes ao número total de escravizados (Tabela 1) e ao número de escravizados em matrimônios institucionalmente formados (Tabela 2), em conjunto, reforçam o interesse pela análise da forma como os dispositivos da Lei de 1871 agiram sobre mulheres escravizadas em idade fértil dessa freguesia.

3.2 Análise de dados dos assentos de batismos dos nascidos de ventre livre

Entre suas várias disposições, a Lei nº 2.040 estabelece em seu parágrafo quinto do artigo oito¹⁰⁶, a obrigatoriedade do registro dos nascimentos e óbitos de ingênuos em livros próprios, separados aos livros de registros gerais. Dessa forma, para além de serem inscritos nos livros gerais, comuns a todos da província, os ingênuos nascidos deveriam ser também arrolados em livros específicos, destinados apenas a essa parcela da população. Cabe ressaltar que a lei reforça a relevância desses registros, inclusive punindo suas ausências, fosse em casos de omissão por ação ou inação dos proprietários de suas mães - que deveriam obrigatoriamente os tutelar até a idade de oito anos -, fosse em casos de omissão paroquial.

Dessa maneira, utilizei dois tipos de livros de registros paroquiais da freguesia da Conceição da Praia: os livros gerais¹⁰⁷, que continham os registros de nascimentos de todos aqueles que vieram à luz na freguesia no período de 1872 a 1887; e o livro destinado exclusivamente ao registro do nascimento de ingênuos que nasceram também na freguesia nesse período¹⁰⁸. Partindo dos dados inseridos nesses registros, foi possível identificar algumas pessoas recorrentes nos assentos registrados. Ao localizar essas repetições, que servem, sobretudo, como base de identificação de algumas tendências, bem como de seus desvios, fez-se possível ponderar sobre alguns indícios de como era a experiência de maternidade das últimas décadas do Oitocentos.

No que se refere à interpretação dos dados obtidos após a análise dos livros gerais e específico aos ingênuos, identifiquei o batismo de 77 crianças. Primeiramente, foi feita uma triagem prévia sobre os livros gerais, em que se localizou 77 ingênuos nascidos entre 1872 e 1887, enquanto na análise dos livros restritos aos ingênuos, foram localizados 76. No geral, todo aquele que fosse batizado como ingênuo recebia uma anotação ao lado de seu assento constando ser “livre” ou ser “livre pela lei”, seguido de uma numeração que indicava a ordem daquele assento. A diferença de um assento no comparativo entre esses dois livros se dá por conta de uma duplicidade na atribuição do número 69, em que dois assentos, que por ordem seriam os números 69º e o 70º, receberam a mesma numeração nos livros gerais.

Maria do Carmo, identificada como parda, ao ser batizada em 7 de agosto de 1882, foi apontada como “livre pela lei” seguida do número de ordem 69º ao lado de seu assento. Da

¹⁰⁶ BRASIL, Parágrafo 5º do Artigo 8º da Lei n. 2.040, de 28 de setembro de 1871. *Coleção de Leis do Império do Brasil de 1871*. Rio de Janeiro, p. 147, vol. 01.

¹⁰⁷ BRASIL. *Registros Paroquiais de Batismos da Paróquia Nossa Senhora da Praia (1863-1889)*. Disponível em: <<https://www.familysearch.org/ark:/61903/2>>. p. 82-129.

¹⁰⁸ BRASIL. *Registros Paroquiais de Batismo de filhos livres de escravos (1872-1887)*. Disponível em: <<https://www.familysearch.org/ark:/61903/2>>. p. 210-221.

mesma forma, Joaquim, identificado como pardo, ao ser batizado em 24 de setembro de 1882, foi também registrado com a mesma numeração na margem de seu assento. Essa duplicidade entre o número ordinário dos assentos acabou por ocasionar a ausência de Maria do Carmo no livro de registro restrito aos ingênuos. No mais, as demais informações contidas nos dois livros se mantiveram iguais. A diferença de um assento no quantitativo dos livros gerais para o livro específico não impede a análise, visto que em ambos os documentos os assentos seguiam o mesmo modelo de disposição de dados, e comparando as fontes paroquiais, observou-se que os demais elementos não se alteram de uma fonte para a outra, apresentando equivalência entre elas.

No tocante ao quantitativo de ingênuos batizados no decorrer de cada um dos anos inclusos entre a promulgação da Lei de 1871 até a Lei de 1888, nota-se um decréscimo marcante de batismos conforme se aproximam da data da abolição definitiva da escravidão. Embora se registrem um grande número de crianças nos primeiros anos após a promulgação da lei sobre a libertação do ventre escravizado, à medida que se aproxima o fim da escravidão, - e as medidas de manumissão se intensificam, por vias do fundo de emancipação e da institucionalização do acúmulo de pecúlio por escravizados -, o reconhecimento do nascimento de ingênuos acaba por se tornar mais raro. Dessa forma, foram batizados nessa freguesia um total de 77 crianças, que assim se organizam no referente ao ano de batismo: dez foram batizados em 1872, quinze em 1873, nove em 1874, seis em 1875, quatro em 1876, seis em 1877, quatro em 1878, quatro em 1879, cinco em 1880, quatro em 1881, três em 1882, um em 1883, três em 1884, dois em 1885, em 1886 não foram batizados ingênuos nessa freguesia, e por fim, um em 1887.

Em relação a identificação dos ingênuos, enquanto a cor e/ou origem, observa-se que no geral os assentos que foram lavrados nessa freguesia não utilizaram a denominação preto, com apenas uma exceção. Maria, ao ser batizada em doze de fevereiro de 1874, foi identificada como crioula nos livros de registros gerais, enquanto no livro destinado ao registro exclusivo de ingênuos, recebeu a classificação de preta. No restante, não há qualquer outra menção a essa nomenclatura. No mais, entre os 77 arrolados, 47 foram identificados como pardos, dezesseis como crioulos, treze como cabras e apenas um, conforme mencionado, foi registrado de forma diferente, como crioula e também como preta.

A mesma tendência se observa nos registros relativos às mães, com a exceção de três mães identificadas como nascidas no continente africano, sem qualquer menção às suas nações. De um total de 57 assentos em que há menção a cor ou origem das mães, 47 foram designadas como crioulas, três eram pardas, quatro eram cabras, três eram africanas e 20

desses assentos não fazem menção a respeito da cor e/ou origem da mãe. Cabe ressaltar, que em apenas um no universo de 77 ingênuos batizados há menção ao pai, porém sem qualquer menção a cor ou origem dele.

As mães identificadas como nascidas no continente africano foram à igreja da Conceição da Praia em três ocasiões com o propósito de realizar os ritos de unção no batismo. Fato curioso, as três se chamavam Felicidade¹⁰⁹. A primeira Felicidade batizou Maria, identificada como crioula, em 22 de fevereiro de 1874. A segunda batizou Petrollina, também identificada como crioula em 11 de julho de 1875. Por último, a terceira Felicidade batizou Maria, que recebeu a mesma denominação que as duas crianças anteriores, ao ser lavrado seu assento de batismo em 15 de abril de 1877. Os dados acessados não permitem afirmar que se tratava de uma mesma pessoa ou se eram apenas homônimas. Efetivamente, as três mães chamadas Felicidade foram identificadas sob a posse de três senhores diferentes. E a julgar pelo período que distancia um registro do outro, é difícil que a mesma mulher tivesse sido objeto de compra por pelo menos dois escravistas. Cabe também ressaltar que duas das três mulheres mencionadas estavam sob posse de senhores que foram também mencionados como nascidos no continente africano, sendo eles o Sr. João da Cruz e a Sra. Luerina Barboza, ambos mencionados como africanos libertos, sem qualquer menção a nação destes.

Não poderia deixar passar batido o fato de que em meados da década de 1870 existissem mulheres escravizadas em idade fértil que tivessem nascido ainda no continente africano, tendo sido, portanto, traficadas para o Brasil antes da Lei Eusébio de Queiroz, de 1850. Embora os livros paroquiais registrassem, a despeito das intenções de párocos e senhores, situações de escravização ilegal¹¹⁰, é intrigante pensar que, para que aquelas situações fossem possíveis, a primeira Felicidade, aludida no caso de 1874, por exemplo, deveria ter no mínimo 24 anos e ter sido trazida recém-nascida via tráfico internacional já ilegal. Outra possibilidade seria a maternidade em idades mais avançadas. As experiências de mães africanas nas últimas décadas do século XIX, certamente, mereceriam uma pesquisa mais detalhada, que articulasse os dados de outras freguesias e até mesmo diferentes cidades.

¹⁰⁹ ANDRADE, Urano; CASTILLO, Lisa. “Famílias Africanas Em Tempos do Tráfico Atlântico: O resgate de parentes em cinco cartas de alforria (Bahia, 1818-1830)”. *Revista Afro-Ásia*, n. 60, 2019, p. 257-259. Embora não haja estudos sobre a frequência com que mulheres escravizadas africanas e nascidas no Brasil eram batizadas com o nome de Felicidade, é interessante mencionar o artigo de Urano Andrade e Lisa Castillo no qual, ao tratarem de casos de resgate de parentes que foram separados em virtude do Tráfico Atlântico, descrevem a história de Felicidade, que fora resgatada e libertada por sua mãe, Anacleto.

¹¹⁰ CHALHOUB, Sidney. *A Força da Escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. p. 212-214. Ver o caso de Felismina e Odorico, em que mãe e filho estiveram envolvidos em uma situação de escravização ilegal.

A documentação permite ainda identificar casos de mulheres escravizadas que, entre as promulgações da Lei nº 2.040 e da Lei áurea, tiveram mais de um filho classificados como ingênuos. Dentro do universo das 77 mulheres que foram identificadas como mães de ingênuos na freguesia da Conceição da Praia nesse período, uma batizou três filhos, seis batizaram dois e o restante delas, num total de 62 mulheres, batizou cada uma apenas uma criança. Magdalena, identificada como crioula, foi a Conceição da Praia ao menos três vezes entre 1881 e 1887, onde lavrou o assento de suas três filhas nascidas de ventre livre. Ali, em ambas as ocasiões, estava arrolada sob o domínio de Manoel da Cunha Vasconcellos, quando batizou suas filhas, Maria em 21 de agosto de 1881, Isaura em cinco de outubro de 1884 e Maria, novamente, em 30 de janeiro de 1887; sendo as duas primeiras identificadas como crioulas e a última como cabra. Magdalena é também relevante, pois foi ela a última mãe a batizar um nascido de ventre livre nessa freguesia, ao batizar em 1887 sua filha Maria.

O conjunto de 77 ingênuos dizia respeito também a filhos de mães que pertenciam a senhores que no mesmo período estiveram responsáveis por tutelar e batizar mais de um ingênuo. Um exemplo é dado por Manoel da Cunha Vasconcellos, provavelmente branco e sob o qual Magdalena estava em posse, que entre esses anos esteve responsável pelo batismo de quatro crianças. Entre os senhores que foram identificados, um esteve responsável pelo batismo de quatro ingênuos, dois batizaram três ingênuos, oito batizaram dois ingênuos, e os demais, no total de 51 senhores ou senhoras, batizaram cada um apenas um ingênuo. Essa ampla variedade de senhores e senhoras, sugere que a prática da escravidão era ainda garantida pelo envolvimento de muitas pessoas mesmo nos últimos anos da sua legalidade.

Em relação a outras informações a respeito dos senhores, observa-se que não há qualquer outra qualificação a respeito, com exceção daqueles que eram considerados ex-escravizados. Observei, nesse sentido, a aparição de quatro assentos em que são mencionados três senhores diferentes que eram identificados como africanos libertos. Um deles foi João da Cruz, responsável pelo batismo dos ingênuos Rosa, identificada como parda, em 2 de julho de 1884; e Maria, filha de uma das três mães africanas de nome Felicidade, identificada como crioula, batizada em 22 de fevereiro de 1874.

Em relação aos modelos familiares registrados, o que se observa é o aparecimento substancial das ditas famílias parciais, ou seja, famílias institucionalmente formadas apenas pela figura materna e seus filhos. Isso não significa dizer que nos 76 registros em que foram batizados filhos naturais havia uma inexistência familiar. O dado só nos permite afirmar que não havia reconhecimento institucional das uniões que resultaram no nascimento das crianças.

Assim, em apenas um dos registros observou-se que o ingênuo era resultado de uma união legítima. Isto é, seus pais estavam em um matrimônio institucionalmente legitimado. Estou falando de Marcelino, identificado como crioulo, batizado em 2 de fevereiro de 1873 pelo casal de escravizados Fabricia (sem sobrenome) e Luis (sem sobrenome), ambos registrados sob o domínio do mesmo senhor, o Capitão Tenente Joaquim Leal Ferreira. Esse assento, além de corresponder a um caso de uma união matrimonial legítima excepcional na amostra, é também interessante por apresentar o envolvimento de indivíduo que se destacaria nos assuntos públicos da Bahia. Identificado no assento como Capitão Tenente, Joaquim Leal Ferreira viria a ser vice-governador e provisoriamente governador do estado da Bahia no período republicano¹¹¹.

Ainda que singular dentro dessa amostragem, esse caso em questão demonstra que, muito embora a experiência familiar tenha sido profundamente dificultada aos cativos do período imperial, existiam famílias de gente escravizada, que conseguiam subverter e resistir aos entraves do sistema escravista¹¹². O caso em questão, apesar de ser o único dentre 77 ingênuos batizados, abre também uma discussão a respeito de situações específicas que podem ter colaborado para que essa união fosse formalmente reconhecida. O fato de ambos os pais serem escravizados e pertencerem também ao mesmo senhor é um exemplo disso, visto que casais com estatutos jurídicos distintos ou pertencentes a senhores diferentes precisavam transpor esses empecilhos específicos para que suas uniões consensuais fossem reconhecidas. Nesse sentido, casais de gente escravizada que se encontravam nessas situações, para além de terem de superar um acesso já restrito aos meios institucionais de matrimônio, também deveriam enfrentar o fato de seus cônjuges estarem em situações que se diferenciavam das suas, no que se refere as distinções de estatuto jurídico, domicílio ou propriedade¹¹³.

Enquanto os números relativos ao ano de 1872 dão uma boa margem a respeito de matrimônios institucionalmente formados, os registros paroquiais em questão não possibilitam uma boa perspectiva a respeito de famílias cativas institucionalmente formadas nessa freguesia. Isso porque o Recenseamento de 1872¹¹⁴, ao arrolar o quantitativo de escravizados casados e viúvos, indica que era a província da Bahia a detentora da maior quantidade proporcional de famílias escravizadas matrimonialmente formadas, tendência que poderia ser observada na

¹¹¹ BRASIL. *Relatório dos Presidentes dos Estados Brasileiros (BA)*. Bahia. Typographia e encadernação do Diário da Bahia, 1892.

¹¹² REIS. *A Família Negra no Tempo da Escravidão: Bahia, 1850-1888*. Tese de Doutorado. São Paulo: Universidade Estadual de Campinas, 2007, p. 27.

¹¹³ Ibid., p. 277.

¹¹⁴ BRASIL. *Recenseamento Geral do Brasil de 1872*. Rio de Janeiro. Typografia de G. Leuzinger e Filhos, 1874.

freguesia da Conceição da Praia, mas que não se verificam quando se observam apenas os registros paroquiais referentes ao nascimentos de ingênuos ¹¹⁵.

Isabel Reis destaca que a não identificação da paternidade nos registros não deve ser vista como fenômeno intrínseco às famílias de gente escravizada. Apesar da ausência marcante de menção aos pais, isso não implica a inexistência dessas pessoas. Há, nesse sentido, uma tendência de ler esses dados como resultado da subnotificação e do não reconhecimento de uniões consensuais, embora não se descartem as experiências de abandono. A respeito disso, a historiadora argumenta:

É preciso, portanto, evitar a transposição da velha tese da inexistência de núcleos familiares entre os cativos, para então se discutir não só as limitações que envolvem a sua existência como as suas formas e estratégias de sobrevivência. [...] No que se refere à recorrente invisibilidade dos pais das crianças cativas, percebeu-se que não seria razoável desconsiderar o sub-registro nas fontes primárias das relações desenvolvidas entre as crianças e seus pais. Afinal, para o sistema o que importava realmente era o vínculo que unia mãe e filho escravizados, pois era o estatuto jurídico da mãe que determinava o do filho. [...] Hoje em dia, considera-se que o fato de a família escrava não se conformar, necessariamente, a partir do casamento legal e na coabitação do casal, não desqualificava as relações desenvolvidas entre os seus membros, nem no sentido afetivo nem no biológico. Não as tornava, portanto, menos estáveis do que aquelas constituídas por famílias nucleares. O fator de instabilidade da família escrava não era inerente à moralidade ou à cultura de seus membros, mas ao sistema escravista ¹¹⁶.

No mais, as fontes paroquiais da Conceição da Praia trazem uma boa perspectiva em relação ao nascimento de ingênuos nesse período, e de como essa parcela da população foi influenciada diretamente pelos dispositivos da Lei nº 2.040. Isso, por certo, possibilita observar também algumas das dinâmicas populacionais dessa freguesia, principalmente sobre os perfis possíveis que foram apresentados por essas mães.

3.3. Dinâmica familiar cativa

¹¹⁵ A respeito das dinâmicas de oficialização de casamentos entre pessoas escravizadas, Robert Slenes pondera que: “A permissão dos senhores para o casamento de seus escravos podia funcionar como um instrumento de controle dos cativos: em caso de fuga, os familiares do fugitivo sofreriam represálias nas fazendas. No censo de 1872, a Bahia aparece com a maior porcentagem de escravos casados e viúvos. Talvez porque os senhores baianos tenham preferido vender para o Sul os escravos solteiros, guardando os casados, mais suscetíveis de ser controlados” (SLENES, Robert. “Senhores e subalternos no Oeste paulista” In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de; NOVAIS, Fernando (org.). *História da Vida Privada no Brasil - vol. II*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2019. p. 205).

¹¹⁶ REIS, Isabel. “Família Escrava”. In: GOMES, Flávio; SCHWARCZ, Lilia. *Dicionário da Escravidão e Liberdade*. São Paulo: Companhia da Letras, 2018. p. 227-278.

A tentativa de interpretar os números obtidos sobre o nascimento de ingênuos na freguesia da Conceição da Praia está aqui orientada pela identificação de experiências e pessoas que foram afetadas pelo dispositivo de lei que libertou o ventre de mulheres escravizadas. Histórias como a de Magdalena, Marcelino e de seus pais ilustram o trânsito desses indivíduos no espaço urbano ainda escravista nos termos facultados pelos dispositivos jurídicos. A lei da libertação do ventre escravizado autorizava ainda aos sujeitos envolvidos uma série de outras possibilidades que poderiam representar uma promessa de liberdade. Os nascidos de ventre livre, essenciais a esse momento, são apenas parcela da população que foram tocados pelas promessas de liberdades inauguradas por meio da lei¹¹⁷.

Ao trabalhar a Lei de 1871, senti a necessidade de dar nomes, de apresentar pessoas, de modo a reconhecer a agência histórica desses sujeitos para que suas existências fossem ao menos reconhecidas. Esse trabalho, portanto, se constrói de maneira a evidenciar as diversas formas que os dispositivos de lei poderiam atuar sobre eles. Madalena, ao ter três filhos nesse espaço de tempo a que me ateno, conseguiu transpor suas próprias restrições como cativa ao formar um núcleo familiar, sendo ele parcial ou não. Da mesma forma, Fabricia, tendo oficializado seu matrimônio com Luis e gerado Marcellino, conseguiu transpor as limitações institucionais a fim de dar legitimidade ao seu casamento e ter um filho legítimo a partir dessa relação. Desse modo, admitindo a plausibilidade de cativos no período gerarem e manterem vínculos afetivos, é importante identificar o espaço de atuação dessas pessoas, situando suas histórias em um contexto em que as novas legislações emancipacionistas deveriam possibilitar a proteção de vínculos familiares e a preservação de quem as constituíam.

Utilizando uma metodologia de identificação nominal nos dois livros referentes aos assentos de batismos e os editoriais do periódico *O Monitor*, não foi possível identificar qualquer menção aos indivíduos que foram apresentadas neste capítulo, com exceção de Joaquim Leal Ferreira. No mais, não foram localizadas quaisquer aparições que indicassem se tratar dos outros sujeitos mencionados, o que impediu que as duas fontes, paroquiais e de imprensa, fossem dispostas em cruzamento direto. Apesar da impossibilidade desse nível de diálogo entre as fontes, os assentos de batismos, ao serem pensados como uma certidão sucinta padronizado de informações, trazem em si a síntese da história de pessoas e de suas famílias. E

¹¹⁷ CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. p. 226.

é sobre essa síntese que foram pensadas as tantas possibilidades de maternidade e liberdade que foram inauguradas após a Lei do Ventre Livre¹¹⁸.

Robert Slenes, em *Na Senzala, Uma Flor*, argumenta o quanto famílias de gente escravizada, subvertendo a lógica do escravismo - que rebaixava suas relações familiares, desconsiderando e destituindo os modos pelos quais esses indivíduos entendiam a família - conseguem transpor os próprios entraves escravistas. Apesar desse conjunto de descendentes de africanos multiétnicamente formado não conceber suas visões familiares de uma mesma forma, o tráfico através do atlântico não retirou dessas pessoas a capacidade de unirem-se afetivamente. Através de uma reflexão bastante assertiva, o autor sintetiza o quanto a família negra foi por muito tempo pré-concebida e descaracterizada por não dar conta da lógica familiar que foi herdada desde o período colonial e indaga: “A patologia da família escrava documentada nos estudos brasileiros também não refletiria modelos e equívocos brancos, ao invés da realidade negra no cativeiro?”¹¹⁹. Complementa ainda:

É importante frisar que os novos estudos não amenizam nossa visão dos horrores da escravidão nem procuram fazer isso. Apenas devolvem ao escravismo sua “historicidade” como sistema construído por agentes sociais múltiplos, entre eles senhores e escravos¹²⁰.

É justamente na tentativa de devolver a essas pessoas a possibilidade de serem vistas que surgem os novos estudos (de que me utilizei por todo esse trabalho) que, conforme dito por Slenes, buscam evidenciar de que forma essa multiplicidade de sujeitos em conjunto constrói o cenário da escravidão. É sobre essas diversas influências que se dá o contexto emancipacionista em que a Lei de 1871 se insere. Escravidão e liberdade, tidas como indissociáveis, dialogavam e se faziam presentes sobre a vivência desses indivíduos. Isso destaca como esses dois elementos tidos como contrastantes foram integrantes de um mesmo processo diverso, múltiplo e heterogêneo como foi a emancipação da população cativa.

Diante disso, questões relativas aos vínculos familiares e as formas como as legislações emancipacionistas da época possibilitavam as suas permanências devem ser pensadas, sobretudo, como diretamente ligadas às diversas experiências de liberdade que foram inauguradas nos anos anteriores a abolição. Ainda que essas histórias apresentem uma série de ausências, sejam elas paternas ou relativas aos outros vínculos afetivos que poderiam ser

¹¹⁸ Ibid., p. 98.

¹¹⁹ SLENES, Robert. *Na Senzala, Uma Flor*: esperanças e recordações na formação da família escrava. Campinas: Editora da Unicamp, 2011, p. 49.

¹²⁰ Ibid., p. 54.

formados dentro de dinâmicas de parentesco consanguíneo ou simbólico, a figura materna é uma constante. A mãe personificando um laço principal, indissociável ao que se tem por familiar, é reconhecida desde a maneira em que é citada pela Lei nº 2.040 até o modo como é prevista como elemento imprescindível ao registro dos ingênuos. Assim, a mãe, apesar de em grande parte ser desautorizada pelo poder senhorial e pelo poder do Estado, é sujeito constante. A possibilidade de afetividade e permanência familiar, apesar de dificultada a essas mulheres, não retira delas sua importância e existência.

Desse modo, a análise construída neste capítulo objetivou observar de que forma através do registro de ingênuos é também possível se chegar ao perfil desse suscinto grupo de mulheres escravizadas em idade fértil, que servem como evidências de perfis possíveis a essas mulheres que através da Lei nº 2.040, veem seus caminhos atravessados por esse dispositivo de lei emancipacionista. Ademais, o objetivo não é dar a escravidão um olhar de brandura, mas devolver a esses diversos sujeitos existentes a possibilidade de ser conhecidos. Ao demonstrar a relevância de revisitar os momentos que dão a abolição um caráter múltiplo e heterogeneamente formado, Olívia da Cunha e Flávio Gomes argumentam a respeito da importância de historicizar esse processo, evidenciando a multiplicidade que constroem os últimos eventos antes da abolição em 1888:

Ao mesmo tempo, vale a pena assinalar que tanto os debates quanto os processos de concessão de liberdade implicaram uma microcronologia da dissolução e da reinvenção das formas de dominação, proximidade, dependência, tutela e proteção, que permearam as relações entre senhores e escravos, num novo contexto. Nas últimas décadas do século XIX, conflitos entre apreensões díspares da lei e do costume e querelas envolvendo a definição do estatuto social de ingênuos e sexagenários, que passaram a povoar o mundos dos “livres de cor” nos tribunais, parecem apontar para a necessidade de requalificar tanto a abolição quanto os atos que a tornaram reconhecível como marca e marco de ruptura e mudança¹²¹.

Assim, a emancipação não se fez somente após a publicação da Lei do Ventre Livre, mas se insere em uma série de momentos, dispositivos e sujeitos, que constituem a maneira como a abolição definitiva da mão de obra escravizada foi se dando. No fim, apesar de a experiência de liberdade que deveria ser garantida a ingênuos tenha sido em larga medida precarizada, ela liga-se intimamente à precarização da experiência de maternidade que foi imposta a mulheres negras escravizadas. Nesse contexto, os chamados ingênuos não podem ser

¹²¹ GOMES, Flávio; CUNHA, Olívia. “Que cidadão? Retóricas da igualdade, cotidiano da diferença” In: GOMES, Flávio; CUNHA, Olívia (orgs). *Quase-cidadão: Histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007. p. 10-11.

relacionados sem se ater a existência de sua mãe escravizada, como símbolo dessa constante interação entre liberdade e escravidão, simbolizada através da relação entre mãe e filho. Assim, para o entendimento dessa conjuntura tão complexa como foi a emancipação da população cativa e de como o século XIX por completo está envolvido diretamente a essas questões, a mulher escravizada firma-se como sujeito estratégico.

Embora em diversos momentos seja ela destituída da possibilidade de afetividade e pertencimento, e de que suas vivências seja envoltas a diversos empecilhos, relacionados a sua condição de cativa e de mantenedora de mão de obra; esse grupo suscinto de mulheres consegue subverter a essas tantas impossibilidades. Isso se dava seja por meios institucionais, como aquelas que conseguiam reconhecer seus matrimônios e gerar filhos que legitimamente eram amparados por mãe e pai; seja por meio das resistências cotidianas, como fugas, assassinatos e roubos, como estratégia de subverter a essas impossibilidades de permanência e proteção familiar¹²². Essas tantas possibilidades oriundas desse processo de emancipação, apesar de estremecidas por conta da força que a escravidão ainda detinha sobre essas mulheres, não as impedem de ultrapassar as limitações que o poder senhorial lhe impunha, transformando, agindo e movendo-se em prol de serem, efetivamente, mães.

¹²² REIS, Isabel. “Uma negra que fugio, e consta que já tem dous filhos: fuga e família entre escravos na Bahia”. *Revista Afro-Ásia*, Bahia, n. 23, 1999, p. 27.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora as experiências de maternidade e liberdade estipuladas pela Lei de 1871 tenham sido amplamente precarizadas, procurei evidenciar no primeiro capítulo as formas como esse dispositivo de lei foi frequentemente mobilizado por aqueles a quem ela se destinava. Isto é, observei que, apesar da Lei do Ventre Livre em larga medida se submeter aos mandos e desmandos do poder senhorial e do Estado, era ela também resultado de demandas da população escravizada em prol de suas liberdades, e que sua publicação simbolizou a institucionalização de costumes que já eram correntes e que agora, por lei, deveriam assegurar a concretude dessas experiências.

Sobre o lugar da mulher escravizada como sujeito que ocupou uma posição distinta dentro da lógica da escravidão, elucidado no capítulo 2 a maneira como a mulher escravizada foi privada de experiências intimamente ligadas ao “feminino”, como a maternidade; ao passo que foram a ela também atribuídas as obrigações de cativa e mantenedora da escravidão. A freguesia da Conceição da Praia, objeto principal do capítulo 3, foi utilizada para evidenciar que, embora no período de publicação da Lei do Ventre Livre a população cativa já fosse reduzida, a lei continuou a influenciar sobre o cotidiano daqueles que compunham a freguesia. São os casos de mulheres como Magdalena, Fabricia e Felicidade; que apesar de representarem uma minoria dentro de uma província que em grande parte já era livre ou liberta, enxergaram na Lei do Ventre Livre a possibilidade de livrarem seus filhos do ônus da servidão.

Não há como se conceber a Lei do Ventre Livre por uma visão única, totalizante, que descaracterize o seu processo de instituição e execução como resultado de uma discussão composta por múltiplos sujeitos. Entre eles, destaco o papel de mulheres escravizadas e de seus filhos de ventre livre que representaram a maneira como nesse contexto escravidão e liberdade funcionavam mutualmente sobre a vivência de pessoas negras. Por fim, apesar das diversas interdições que foram impostas sobre mães escravizadas, destituindo e as deslocando para uma posição secundária de autoridade parental sobre seus filhos, a Lei do Ventre simbolizou a concretização de uma lei que anunciava a existências dessas mulheres ao tornar seus filhos livres e decretar que seus núcleos familiares deveriam ser mantidos.

FONTES

MANUSCRITOS

Arquivo Arquidiocesano de Salvador

Registros Paroquiais de Batismos da Paróquia Nossa Senhora da Praia (1863-1889).

Disponível em: <<https://www.familysearch.org/ark:/61903/2>>. p. 82-129.

Registros Paroquiais de Batismo de filhos livres de escravos (1872-1887). Disponível em:

<<https://www.familysearch.org/ark:/61903/2>>. p. 210-221.

FONTES IMPRESSAS

Jornais¹²³

O Monitor (BA)

Legislação, projetos e debates parlamentares

BRASIL, Decreto n. 1.695, de 28 de setembro de 1869. *Coleção de Leis do Império do Brasil de 1869*. Rio de Janeiro. p. 129, vol. 1.

_____. Decreto n. 5.135, de 13 de novembro de 1872. *Coleção de Leis do Império do Brasil de 1872*. Rio de Janeiro, p. 1053. vol 2.

_____. Lei n. 2.040, de 28 de setembro de 1871. *Coleção de Leis do Império do Brasil de 1871*. Rio de Janeiro, p. 147, vol. 1.

Estatísticas

BRASIL. *Recenseamento Geral do Brasil de 1872*. Rio de Janeiro. Typografia de G. Leuzinger Filhos, 1874.

¹²³ A consulta aos jornais foi feita na Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: hemerotecadigital.bn.br

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Martha. "Slave Mothers and Freed Children: Emancipation and Female Space in Debates on the 'Free Womb' Law, Rio de Janeiro, 1871". Cambridge University Press: *Journal of Latin American Studies*. v. 28, n. 03, oct. 1996. p 567-580.

ANDRADE, Urano; CASTILLO, Lisa. "Famílias Africanas Em Tempos do Tráfico Atlântico: O resgate de parentes em cinco cartas de alforria (Bahia, 1818-1830)". *Revista Afro-Ásia*, n. 60, 2019, p. 253-274. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/37776/21539>>. Acesso em abril de 2021.

ARIZA, Marília. "Comprando Brigas e Liberdade: contrato de locação de serviços e ações de liberdade na província de São Paulo nas últimas décadas da escravidão (1874-1884)". In: MACHADO, Maria; CASTILHO, Celso (org.). *Tornando-se Livre: agentes históricos e lutas sociais no processo de abolição*. São Paulo: Editora da Usp, 2018. p. 65-83.

_____. "Crianças / Ventre Livre". In: GOMES, Flávio; SCHWARCZ, Lilia (org.). *Dicionário da Escravidão e Liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 169-175.

_____. "Mães libertas, filhos escravos: desafios femininos nas últimas décadas da escravidão em São Paulo". *Revista Brasileira de História*, v. 38 n. 79, 2018. p. 151-171.

CAULFIELD, Sueann. *Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2000.

CHALHOUB, Sidney. *A Força da Escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

_____. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

COWLING, Camilla. "O Fundo de Emancipação 'Livro de Ouro' e as Mulheres Escravizadas: Gênero, Abolição e os Significados da Liberdade na Corte, Anos 1880" In: FARIAS, Juliana; GOMES, Flávio; XAVIER, Giovana. *Mulheres Negras no Brasil Escravista e do Pós-*

Emancipação. São Paulo: Selo Negro, 2012, p. 214-227.

FRANCO, Renato. “Discriminação e abandono de recém-nascidos mestiços na América Portuguesa: Os exemplos de Mariana, Vila Rica e Recife”. *Varia História*, v. 32, n. 59, maio-ago de 2016. p. 437-469.

GONÇALVES, Aline. “Como Pensar o Elemento Servil: O lugar dos libertos nas expectativas das elites após a emancipação”. *Revista Afro-Ásia*, n. 60, 2019, p. 81-104. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/29880/21542> >. Acesso em maio de 2021.

_____. “O medo do ventre livre: o que fazer com os negros?”. *Portal Geledés*. 30 de set. de 2020. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/o-medo-do-ventre-livre-o-que-fazer-com-os-negros/>>. Acesso em 01 de mai. de 2021.

GOMES, Flávio; CUNHA, Olívia. “Que cidadão? Retóricas da igualdade, cotidiano da diferença”. In: GOMES, Flávio; CUNHA, Olívia (orgs). *Quase-cidadão: Histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

LIEBEL, Sílvia. “Ingratas e Pérfidas Medeias! Infanticídio e normatização da sexualidade feminina na literatura de rua francesa dos séculos XVI e XVII”. *Topoi*, v. 16 n.30, jan-jun de 2015. p.182-202.

LIMA, Henrique. “Sob o domínio da precariedade: escravidão e os significados da liberdade de trabalho no século XIX”. *Topoi*. v. 6, n. 11, jul-dez, 2005, p. 289-326.

MACHADO, Maria. “Mulher, Corpo e Maternidade”. In: GOMES, Flávio; SCHWARCZ, Lília (org). *Dicionário da Escravidão e Liberdade*. São Paulo: Companhia da Letras, 2018. p. 334-340.

MATTOS, Hebe. “Laços de Família e Direitos no Final da Escravidão” In: ALENCASTRO, Luiz; NOVAIS, Fernando (org.). *História da Vida Privada no Brasil* - vol. II. São Paulo: Companhia de Bolso, 2019. p. 296-346.

MATTOSO, Kátia. “O Filho da Escrava: Em torno da Lei do Ventre Livre”. *Revista Brasileira de História*, v. 8, n. 16, mar-ago de 1888, p. 37-55.

MCCLINTOCK, Anne. *Couro Imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2010.

MENDONÇA, Joseli. “Legislação Emancipacionista, 1871 e 1885” In: GOMES, Flávio; SCHWARCZ, Lília. *Dicionário da Escravidão e Liberdade*. São Paulo: Companhia da Letras, 2018. p. 277-284.

PINTO, Ana Flávia. “A Existência Difamada da Gente Negra”. *Biblioteca Virtual Consuelo Pondé*. 26 de mai. de 2017. Disponível em: < <http://www.bvconsueloponde.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=190>. Acesso em 05 de mai. de 2021.

REIS, Adriana. “Mulheres ‘Afro-ascendentes’ na Bahia: gênero, cor e mobilidade social (1780-1830)”. In: FARIAS, Juliana; GOMES, Flávio; XAVIER, Giovana (org.). *Mulheres Negras no Brasil Escravista e do Pós Emancipação*. São Paulo: Selo Negro, 2012. p. 24-34.

REIS, João; SILVA, Eduardo. “Introdução”. In: REIS, João; SILVA, Eduardo. *Negociações e Conflito: a resistência negra no Brasil Oitocentista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

REIS, Isabel. *A Família Negra no Tempo da Escravidão: Bahia, 1850-1888*. Tese de Doutorado. São Paulo: Universidade Estadual de Campinas, 2007.

_____. “Família Escrava”. In: GOMES, Flávio; SCHWARCZ, Lília. *Dicionário da Escravidão e Liberdade*. São Paulo: Companhia da Letras, 2018. p. 225-229.

_____. “Relações de Gênero no Cotidiano de Mulheres Negras da Bahia Oitocentista” In: FARIAS, Juliana; GOMES, Flávio; XAVIER, Giovana (org.). *Mulheres Negras no Brasil Escravista e do Pós-Emancipação*. São Paulo: Selo Negro, 2012. p. 172-185.

_____. “Uma negra que fugio, e consta que já tem dous filhos: fuga e família entre escravos na Bahia”. *Revista Afro-Ásia*, n. 23, 1999, p. 27-46. Disponível em: < <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/20978/13580>>. Acesso em: abril de

2021.

SANTOS, Lucimar. “Mulheres de Luta: as mães de ingênuos por força da Lei do Ventre Livre”. *Portal Geledés*. 23 de set. de 2020. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/mulheres-de-luta-as-maes-de-ingenuos-por-forca-da-lei-do-ventre-livre/>>. Acesso em 20 de mar. de 2021.

_____. “Os Bastidores da Lei: estratégias escravas e o Fundo de Emancipação”. *Revista de História*, v. 1, n. 2, 2009, p. 18-39.

_____. “Páginas da vida: experiências maternas de mães negras no antes e no pós Lei do Ventre Livre. Rio de Janeiro, 1869-1888”. In: *Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*, 08, 2017, Rio Grande do Sul. Anais, p. 01-18.

SANTOS, Martha. “Slave Mothers, *Partus Sequitur Ventrem*, and the Naturalization of Slave Reproduction in Nineteenth-Century Brazil”. *Tempo*. Vol. 22. n. 41, set-dez 2016, p. 467-487.

SLENES, Robert. *Na Senzala, Uma Flor: esperanças e recordações na formação da família escrava*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2011.

_____. “Senhores e subalternos no Oeste paulista” In: ALENCASTRO, Luiz; NOVAIS, Fernando (org.). *História da Vida Privada no Brasil* - vol. II. São Paulo: Companhia de Bolso, 2019. p. 193-251.

SOARES, Carlos Eugênio Líbano. “Sacramento ao Pé do Mar: batismo de africanos na freguesia da Conceição da Praia, Bahia. 1700-1751”. *Revista de História Comparada*, v. 7, n. 2, p. 47-74, 2013.

SOUSA, Ione. “Porque um Menor não Deve Ficar Exposto à Ociosidade, Origem de Todos os Vícios: Tutela e soldadas e o trabalho de ingênuos na Bahia, 1870 a 1900” In: MACHADO, Maria; CASTILHO, Celso (org.). *Tornando-se Livre: agentes históricos e lutas sociais no processo de abolição*. São Paulo: Editora da USP, 2018, p. 189-210.

SOUZA, Cândido Eugênio. “Conceição da Praia: a *Praya* de Nossa Senhora e dos Traficantes” In: SOUZA, Cândido Eugênio. *Perseguidores da espécie humana: capitães negreiros da Cidade*

da Bahia na primeira metade do século XVIII. Dissertação de Mestrado. Bahia: Universidade Federal da Bahia, 2011.

VENÂNCIO, Renato. “Maternidade Negada” *In*: Del Priore, Mary; Bassanezi, Carla (org). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2001. p. 189-222.

WOLLSTONECRAFT, Mary. “Alguns exemplos da insensatez que a ignorância das mulheres gera e reflexões conclusivas sobre o aperfeiçoamento moral que a revolução nas maneiras femininas naturalmente produziria”. *In*: WOLLSTONECRAFT, Mary. *Reivindicação dos Direitos da Mulher*. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 231-249.

ZERO, Arethusa. *O Preço da Liberdade: Caminhos da infância tutelada - Rio Claro (1871-1888)*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Universidade Estadual de Campinas, 2004.